



CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA
FACULDADE DE ITAITUBA – FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

JACINARA CASTRO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: Olhares de
Professores de dois Centros de Educação Infantil de Itaituba-Pará**

ITAITUBA – PA
2020

JACINARA CASTRO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: Olhares de
Professores de dois Centros de Educação Infantil de Itaituba-Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da
Silva.

ITAITUBA-PA

2020

JACINARA CASTRO NASCIMENTO

**A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: Olhares de
Professores de dois Centros de Educação Infantil de Itaituba-Pará**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Itaituba para obtenção do título de
Licenciado Pleno em Pedagogia

Orientador: Prof. Esp. Dhemesbraene Soares da
Silva.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____ Nota: _____
Prof.º Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Avaliador: _____ Nota: _____
Profª Margaret Ferreira de Aguiar, Esp.

Avaliadora: _____ Nota: _____
Profª. Edilane da Silva Melo, Esp.

Resultado: _____ Média: _____

Itaituba-PA, 14 de março de 2020

Para minha família e amigos, em especial ao meu pai
Pascoal S. N. Filho (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida, sabedoria, saúde e muita força para poder ter chegado até aqui, houve muitos momentos difíceis, mas com a sua misericórdia consegui concluir esta etapa tão importante da minha vida. Sua palavra descrita na Bíblia me deu coragem para prosseguir com este sonho.

A toda a minha família, em especial ao meu pai **Pascoal** (in memoriam), que não mediu esforços para me ajudar enquanto esteve em vida, grata a Deus por ter me dado a oportunidade de ter tido ele como pai, e por todos os ensinamentos que me deu. A minha mãe, sempre muito cuidadosa, amorosa e carinhosa, me deu força quando pensei em desistir e cuidou de mim com seu amor de mãe incondicional. Aos meus irmãos **Robson** e **Jacyara** que me ajudaram muito em todos os sentidos, minha eterna gratidão pelo que fizeram por mim.

As minhas amadas sobrinhas **Anna Eloísa** e **Kiara** que foram inspiração desse trabalho.

Aos meus colegas de curso, que durante quatro anos de muito esforço, dedicação, companheirismo e amizade chegaram ao fim desta jornada com êxito, em especial as amigas que a faculdade me deu, **Simayan do N. Lopes** e **Jaqueline Shirlana**, que foram essenciais para essa conquista, passamos muitos momentos de alegria e tristeza durante todo o curso, mas a vontade de vencer foi maior do que qualquer dificuldade. E ao meu grande amigo **Dheferson Willians**, que me ajudou incansavelmente na construção deste trabalho, guardarei sua amizade e seu carinho pra sempre em meu coração.

A todos meus professores que contribuíram para meu conhecimento através deste curso superior, eternamente grata a todos.

A todo corpo docente da Faculdade de Itaituba-FAI.

Ao meu orientador **Dhemesbraene Soares da Silva**, pela disponibilidade e paciência que teve durante toda a construção deste trabalho.

À todos, muito obrigada.

A diferença entre as crianças e os adultos não é quantitativas, e sim, qualitativas. As crianças não sabem menos, sabem outras coisas. (Clarice Cohn)

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar como esta sendo desenvolvido o processo de ensino – aprendizagem nos centros de educação infantil e seus respectivos problemas encontrados por professores da rede de ensino infantil, a partir da nova versão da BNCC, apontando os desafios que todo o corpo docente da escola enfrenta. A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que rege a estrutura curricular para identificar a compreensão dos profissionais de uma determinada instituição de Educação Infantil municipal. Para analisar a relação entre contexto e prática foi realizada uma abordagem sobre a elaboração da BNCC onde enfatiza a participação de professores. Para a elaboração deste trabalho utilizou-se o método de pesquisa bibliográfica para fundamentar a temática em questão, autores como: Kulhmann (2001) Machado (2000) Zabalza (1998). A pesquisa foi realizada através de questionário com dez perguntas direcionadas para sete professoras de dois centros da rede de ensino infantil. Como resultado da pesquisa e análise desenvolvida, apontou que algumas professoras da rede de ensino infantil ainda tem pouco conhecimento a respeito da nova BNCC. Portanto, é preciso lembrar que as práticas do professor devem estar diretamente ligadas à necessidade da criança, tendo um propósito de educar, cuidar e fazer com que a mesma tenha um desenvolvimento significativo e positivo.

Palavras-Chave: Educação Infantil; Documento; Professores; Conhecimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the teaching-learning process is being developed in early childhood education centers and their respective problems encountered by teachers in the early childhood education network, from the new version of the BNCC, pointing out the challenges that the whole body school teacher faces. The National Common Curricular Base is a normative document that governs the curricular structure to identify the understanding of the professionals of a particular municipal Early Childhood Education institution. To analyze the relationship between context and practice, an approach on the elaboration of the BNCC was carried out where it emphasizes the participation of teachers. For the preparation of this work, the bibliographic research method was used to support the theme in question, authors such as: Kulhmann (2001) Machado (2000) Zabalza (1998). The research was carried out through a questionnaire with ten questions directed to seven teachers from two centers in the early childhood education network. As a result of the research and analysis developed, he pointed out that some teachers in the early childhood education network still have little knowledge about the new BNCC. Therefore, it is necessary to remember that the teacher's practices must be directly linked to the child's need, with a purpose of educating, caring and making the child have a significant and positive development.

Key words: Early childhood education; Document; Teachers; Knowledge.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01:	Quais os principais desafios enfrentados pelos professores referentes à nova BNCC?.....	50
QUADRO 02:	Como definir o material didático adequado à Base, e que seja coerente à realidade da escola?.....	51
QUADRO 03:	Como você vê a nova Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?.....	52
QUADRO 04:	Como a BNCC contribui para o sucesso da aprendizagem na Educação Infantil?.....	53
QUADRO 05:	Quais as mudanças que irão ocorrer na educação infantil com a implantação da BNCC?.....	54
QUADRO 06:	Quais as implicações dela para a sua prática pedagógica e a realidade em que você vivencia atualmente na Educação Infantil?.....	55
QUADRO 07:	Enquanto educador, você já compreendeu a concepção de criança proposta pela BNCC e seus desdobramentos no currículo da Educação Infantil?.....	56
QUADRO 08:	Como você analisa as práticas educativas promotoras dos direitos das crianças e alinhadas à proposta de arranjo curricular por campos de experiências?.....	57
QUADRO 09:	No papel de profissional da Educação Infantil você já tem conhecimento para desenvolver o planejamento de uma atividade alinhada à BNCC?.....	58
QUADRO 10:	Você já participou de alguma formação complementar sobre a nova BNCC?.....	59

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação básica

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PNE – Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	14
1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: ETAPA IMPORTANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	14
1.2 LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	19
1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇOS E RETROCESSOS.....	25
2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL	31
2.1 A CONSTRUÇÃO DA BNCC.....	31
2.2 LEGISLAÇÕES QUE AMPARAM A BNCC.....	38
2.3 REALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTES DA BNCC.....	43
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: OLHARES DE PROFESSORES DE DOIS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ITAITUBA-PARÁ.....	46
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS PESQUISADOS.....	46
3.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil “Pequeno Príncipe”.....	46
3.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Hanna Stella Lucyk dos Santos.....	47
3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	48
3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS.....	49
3.4 RESULTADOS E ANÁLISE.....	49
CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
APÊNDICES.....	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar como está sendo desenvolvido o processo de ensino – aprendizagem nos centros de educação infantil e seus respectivos problemas encontrados por professores da rede de ensino infantil, a partir da nova versão da BNCC, apontando os desafios que todo o corpo docente da escola enfrenta.

A BNCC de Educação Infantil estabeleceu nesta nova versão seis direitos de aprendizagem e para contemplá-los, o professor precisa sempre tê-los em mente para garantir que as experiências propostas estejam de acordo com os aspectos considerados fundamentais no processo.

Diante desse documento de caráter normativo, que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Sabendo da importância e os desafios da nova proposta da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de direcionar documentos onde busca estabelecer normas que serão desenvolvidas durante toda a fase da infância de uma criança fazendo com que a mesma construa sua identidade e senso crítico. Este trabalho irá enfatizar sobre o que é importante é criar condições para a formulação de perguntas, as crianças precisam pensar sobre o mundo ao seu redor, desenvolver estratégias de observação, criar hipóteses e narrativas.

Com base no exposto, apresentam-se as seguintes questões da pesquisa, direcionadora deste estudo: Quais os principais desafios enfrentados pelos professores referentes à nova BNCC? Como definir o material didático adequado à Base e que seja coerente à realidade da escola? Como preparar corpo docente das instituições para as mudanças da BNCC.

Para a metodologia deste trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica com autores que tratam deste assunto como Hermida (2009), Barreto (1998), Kramer (1987) entre outros. Os procedimentos de coleta de dados adotados para a pesquisa foram questionários com perguntas para os professores, formando uma pesquisa exploratória que de acordo com Gil (1999, p.60) tem como objetivo desenvolver, esclarecer, modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

O presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro discorre sobre a contextualização histórica da Educação Infantil, sua legislação e os avanços e retrocessos que a educação infantil sofreu durante seu processo de adaptação. No segundo capítulo relata a BNCC da educação infantil, sua estrutura conforme assegura a Lei e a realidade da Educação infantil, antes da BNCC.

Em seu último capítulo aborda sobre a descrição dos ambientes pesquisados, a metodologia adotada para a realização da pesquisa, e análise dos dados pesquisados em relação a educação infantil com enfoque na BNCC: Olhares de professores de dois centros de educação infantil de Itaituba-Pará. E por fim as considerações finais que relatam o resultado final do trabalho realizado e enfatizando os resultados alcançados, em seguida as referenciais com o nome de autores e seus livros, artigos e site para o embasamento teórico realizado.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: ETAPA IMPORTANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A expressão “educação infantil” no Brasil de hoje diz respeito ao atendimento, em instituições coletivas, da criança de 0 a 5 anos de idade; mas nem sempre foi assim e, não é tão simples quanto possa parecer. Segundo Barreto (1998) a história da educação infantil é relativamente recente no país. Embora iniciativas na área existam há mais de cem anos, foi nas últimas décadas que o crescimento do atendimento a crianças menores de sete anos em creches e pré-escolas apresentou maior significação, acompanhando tendência internacional. Entre os fatores que explicam esta expansão, alguns se destacam. A criança por muito tempo foi vista apenas como um brinquedo, do qual os adultos só gostavam pelo prazer e distração que proporcionava.

A mesma autora relata ainda que “a criança faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, num determinado momento histórica”. Portanto, ela constrói o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que elas vivem. Sendo assim, compreender, conhecer, o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e, consequentemente de seus profissionais. Por mais que tentamos desenvolver o universo infantil apontando algumas características comuns de ser da criança, ela permanece única em suas individualidades e diferenças.

A responsabilidade é exclusivamente da família, prezar pela educação da criança que durante muitos séculos na sua convivência com adultos, participou das tradições e aprendia normas, regras e culturas de sua família. Sendo assim, a criança teve oportunidade de frequentar diversos ambientes de socialização, convivendo e aprendendo sobre sua cultura.

De acordo com Hermida (2009), o direito da educação é assegurado às crianças, por um lado pelo Estado, que enquanto provedor de políticas que possam garantir aos cidadãos um bem-estar melhor, tendo a educação como prioridade; por outro lado os pais são responsáveis pelos menores, assim o autor enfatiza que:

A educação é uma responsabilidade compartilhada [...] entre o Estado e os pais, uma vez que ambos são promotores ou representantes de interesses ou dos filhos e dos cidadãos, na medida em que são responsáveis diretos pela prestação ou concretização destes direitos. (HERMIDA, 2009. P. 26).

A infância é considerada como uma condição da criança, ou seja, um conjunto de experiências vividas por elas em diferentes lugares históricos, geográficos e sociais é muito mais do que uma representação de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las nas relações sociais, etc., reconhecê-las como produtoras da história.

Com o passar dos tempos surgem às creches que foram produto da revolução industrial. No Brasil elas chegam à decorrência da função da crescente urbanização e estruturação do capitalismo e, com ele, a necessidade dada mulher em ocupar o mercado de trabalho, desencadeando uma movimentação entre os operários pela reivindicação de um lugar para deixarem seus filhos. As creches preenchem esta necessidade para a classe trabalhadora. Firmando-se assim, o cuidar, a atividade principal dessas instituições. Segundo Kramer (1987, p. 23)

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças.

Vale ressaltar que o fato de dessas instituições serem assistências não significava que elas também não tivessem objetivos educacionais. Como relata Kuhlmann Jr (1998), as creches que nasceram na Europa, na metade do século XIX e foi uma solução para os cuidados da infância, em função da necessidade do trabalho feminino no processo de industrialização; portanto, funcionavam como uma instituição de caráter assistencial voltada para as mães e não para as crianças, vindo para o Brasil com o mesmo modelo. A creche brasileira substitui as salas de asilo, as amas-de-leite, os internatos e as rodas de expostos.

Além do surgimento das creches que atendiam à parcela mais pobre da população, foram fundados no final do século XIX, os jardins-de-infância, em instituições públicas e confessionais, que atendiam às crianças com mais de 4 anos e tinham como meta a socialização e a preparação para o ensino fundamental, mas que não deixava de ter, em sua prática cotidiana, fortes elementos da educação moral e de disciplina. (Kuhlmann Jr. e Barbosa, 1998).

Apesar de seu início estar voltado para questões de assistências e custódia da criança Kulhmann (2001) ressalta que essas instituições se preocuparam com questões não só com os cuidados, mas de educação, visto se apresentarem como pedagógicas no início. De forma geral, podemos falar que a creche no Brasil surge acompanhando a estruturação do capitalismo, a crescente urbanização e a necessidade de reprodução da força de trabalho, ou seja, ia desde a liberação da mulher-mãe para o mercado de trabalho até uma visão de mais longo prazo em preparar pessoas nutridas e sem doenças.

Em 1988, a Constituição define creche/escola como direito da família e dever do Estado em oferecer esse serviço. Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirmou os direitos constitucionais em relação a Educação Infantil. Hoje sabemos a importância dessa grande conquista para a educação brasileira, onde crianças dessa época, principalmente a classe mais pobre sofreram muito, pois, elas eram tratadas com um ser frágil, indefeso e completamente dependente.

A Educação Infantil, hoje é compreendida como a primeira etapa da educação básica, e nela se estabelece a base para a compreensão da educação da criança. Está na Lei de Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9394/1996) no art. 29º e 62º respectivamente:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL,1996).

É evidente que a Educação infantil tem uma função pedagógica, ou seja, ela o primeiro ponto de partida para a criança e a LDB veio com esse intuito de melhorar essa educação, diante disso é importante rever alguns conceitos da educação infantil, pois se sabe que a mesma passou e passa por diversas mudanças. É notória a importância dos primeiros anos de vida para a construção dos alicerces da personalidade e do conhecimento, pensando nisso, é que a LDB traz elementos significativos para a formulação de propostas verdadeiramente comprometidas com uma nova visão educativa.

Apesar de tudo que foi exposto acima, a realidade de hoje ainda causa preocupações, pois em algumas instituições as crianças ainda estão sendo

trabalhadas de forma distorcida, queimando etapas de aprendizagem. Além disso, a falta de investimento público no setor ainda é muito acentuada, bem como a desvalorização de seus profissionais. Nos últimos anos há uma crescente discussão sobre a qualificação dos professores que trabalham com a educação infantil. Já não se pode mais colocar a educação infantil a um segundo plano, como até pouco tempo acontecia, ou seja, qualquer um podia "cuidar" de criança pequena.

Cuidar tem como significado, na maioria das vezes, realizar atividades voltadas para os cuidados primários: higiene, sono e alimentação. Quando uma sociedade faz exigências de trabalho às mães e pais de crianças pequenas (ou a outros adultos que sejam responsáveis por elas), tem a obrigação de prover ambientes acolhedores, seguros e alegres, instigadores com adultos bem preparados, organizados para oferecer experiências desafiadoras e aprendizagens adequadas às crianças de cada idade (BUJES, 2001, p.16)

Assim, percebe-se que o cuidar implica em preocupações que vão além de organizar tanto horário de funcionamento de creches, quanto à jornada de trabalho dos responsáveis pelas crianças, implica em o espaço que é organizado para a recepção, os materiais que são elaborados e pelo respeito ao desenvolvimento de cada criança, sabendo que ela tem direito que seus ritmos sejam respeitados.

Hoje a função dos profissionais da Educação Infantil passa por grandes reformulações, pois não se pode mais esperar destes, o que se esperava a algumas décadas. Por isso, o profissional que atua nas escolas infantis deve possuir uma formação sólida e consistente, acompanhada de uma permanente e adequada atualização em serviço, como é o caso das formações continuadas que acontecem hoje nas escolas. De acordo com a LDB no título VI, art 62:

A formação de docentes para "atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL p.39)

Sobre os profissionais que trabalham nessa faixa etária, é importante ressaltar que, em razão das novas exigências previstas na Lei, se faz uma formação inicial sólida e constante atualização em serviço. E se tratando de criança pequena a realidade tem mostrado que ambas as formações é uma das variáveis que causa maior impacto sobre este tipo de atendimento. Em relação a este assunto Kishimoto

(2002) destaca que os avanços e retrocessos na formação desses profissionais de educação infantil se refere a falta de clareza sobre o perfil do profissional que vai atuar junto a criança pequena. Na realidade, a formação do professor que é desenvolvida no interior das universidades se organiza em campos disciplinares, criando tradições, feudos etc.

Assim, cabem as redes de ensino investir de maneira sistemática na capacitação de seus profissionais através de cursos de formação, bem como aproveitando as experiências acumuladas daqueles que já trabalham com crianças há mais tempo. Segundo Freire (1996, p. 39) “Por isso é que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

A LDB demonstra até nos dias atuais um estreitamento entre educar e cuidar, onde pode se perceber que a criança é um ser integral e específico, que merece total atenção nos aspectos, físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Sobre cuidar, vale ressaltar a importância e dever de ser entendido como parte integrante da educação, ou seja, “[...] cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e cooperação de profissionais de diferentes áreas.” (BRASIL, 1998, p.24)

A educação infantil tem por finalidade desenvolver a potencialidade da criança através de atividades lúdicas, entretanto sabe-se que a educação infantil atualmente ainda é marcada por diversas práticas tradicionais de ensino-aprendizagem, fazendo assim que os conhecimentos adquiridos pela criança cheguem através de conceitos e procedimentos, onde muitas das vezes a criança não consegue compreender. As crianças são sujeitos ativos, ou seja, elas constroem seus próprios saberes interagindo com pessoas e culturas do seu tempo histórico, assim elas podem também exercer seu protagonismo, sua autonomia - fundamentos importantes para um trabalho pedagógico que respeita sua potência e singularidade.

A Educação Infantil para atender essa nova demanda necessita alterar suas práticas pedagógicas, não há espaço para quem ainda percebe a creche como um lugar onde só se cuida de crianças, que ainda a vê como uma instituição essencialmente assistencialista. A proposta pedagógica é sem dúvida uma ferramenta importante, se não fundamental, para o sucesso do processo educacional. Assim, Zabalza (1998) relata que:

A capacidade de uma pessoa para se relacionar depende das experiências que vivem instituições educacionais é um dos lugares preferenciais, nesta época. Para se estabelecer vínculos e relações que condicionam e definem as próprias concepções pessoais sobre si mesmo e sobre os demais.

A relação entre criança e professor deve ser de forma harmoniosa para que a mesma tenha um desenvolvimento saudável e se sinta segura e acolhida, assim também será com o ambiente em que a criança será submetida tornando assim um ambiente onde o professor possa ter um olhar diretamente a sua totalidade. Entendemos que afetividade não é demonstrada apenas com gestos físicos, mas na existência de um desenvolvimento cognitivo de ambas as partes.

1.2 LEGISLAÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A legislação da educação reúne uma série de leis criadas para regularizar e organizar a estrutura e o funcionamento da educação na qual tem como objetivo principal centralizar alguns eixos importantes da educação como: a universalização do direito a educação, regulamentação dos currículos, o ano escolar, compromissos, princípios, administração escolar, democratização do ensino e entre outros. Para esclarecer melhor o significado de legislação Plácido e Silva (1984) enfatiza que,

Legislação. Derivado do latim legislativo (estabelecimento da lei), é tomado em seu sentido etimológico para designar o conjunto de leis dadas a um povo. Era este o sentido primitivo da *lex data* ou das *leges datae* dos romanos, significando as leis que eram dadas a uma cidade. Mas a legislação (*leges datae*) distinguia-se propriamente da *lex*, porque se mostrava regulamentos orgânicos, expedidos pelos magistrados, em face da outorga popular em que se viam investidos. E não se confundiam com a lei em seu exato sentido. A terminologia jurídica moderna não desprezou o conceito. E, por vezes, se emprega o vocábulo nesta acepção (SILVA, 1984, p. 58).

A partir desta concepção pode-se afirmar que legislação educacional é um conjunto de leis criadas para resolver questões referentes à que lhe são atribuídas, contribuindo com as demais leis que regem a sociedade. Assim as leis colaboram na compreensão de diferentes temas associados a educação que compõe sua história enfatizando o direito a educação, organização da escola primária entre outros fatores educacionais.

Muitas conquistas através de leis foram alcançadas para a história da educação infantil, a mais importante dentre delas esta na Constituição de 1988, no

artigo 208 e através dela as demais foram construídas para assegurar os direitos e deveres dentro da educação infantil. Em análise histórica, a criança precisou de quase um século para ter seus direitos garantidos em relação à educação na legislação, pois, somente com a Carta Constitucional de 1998, esse direito foi assegurado.

Segundo Machado (2000), a Constituição de 1988, foi um fato histórico e marcante, onde se fez a abertura de para uma nova era relacionada ao atendimento para as crianças.

Trata-se de não mais justificar uma função específica para as instituições de educação infantil e seus profissionais com base exclusivamente no direito das mulheres trabalhadoras, ou na retórica que justifica objetivos pedagógicos dessa ou daquela natureza, mas como um direito da criança. (MACHADO, 2000, p.07)

O autor retrata a importância da reorganização do sistema educacional brasileiro, e que por meio de leis, políticas e a responsabilidade dentro dos níveis de governos federais, estaduais e municipais, fica claro que é dever do Estado colocar ao dispor da sociedade, vagas em instituições de ensino para todas as crianças, independente de sua classe social, racial e de escolha políticas de seus responsáveis. Saviani (2013, p. 220) também enfatiza sobre a importância o direito e sua efetivação “[...] se a educação é proclamada como um direito um direito e reconhecida como tal pelo poder público, cabe a este poder a responsabilidade de os meios para que o referido direito se efetive”.

O Estatuto da Criança (ECA) lei 8.069/90, é sancionado dois anos após aprovação da Constituinte, essa lei assegura que crianças e adolescentes seriam reconhecidos como cidadãos e que através dos seus direitos conquistariam sua própria história. Portanto o conceito de infância aumentou, e devido a essas leis onde ocorre à garantia e suas possíveis conquistas a uma pessoa que têm direitos e que devem se utilizados. Para Ferreira (2000, p.184) essa lei vai muito além de um instrumento para que a sociedade possa se beneficiar, a mesma se destaca por proporcionar um olhar diferente sobre o direito da criança em ser criança, “[...] direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento”.

Após a aprovação do ECA, respectivamente nos anos 1994 a 1996 o Ministério da Educação criou um acervo de documentos onde posteriormente seria chamado de 'Plano Nacional de Educação Infantil', esses documentos tinham por objetivo organizar as diretrizes pedagógicas e consequentemente melhorar o nível de ensino no Brasil, os documentos são: 'Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças', que visa organizar e determinar como é o funcionamento dessas instituições: "Por uma política de formação do profissional de educação infantil", ressaltando que para ter uma educação de qualidade, necessita de profissionais de alto nível, que alcance as perspectivas das instituições de ensino; "Educação Infantil: bibliografia anotada" e "Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil", todos esses documentos foram importantes no que se diz respeito a organização do trabalho de professores, para que os mesmo pudessem ter melhores condições de trabalho.

Em seguida destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional formulada em 20 de dezembro de 1996, que é resultado de uma incansável luta da sociedade civil por direitos pela educação básica têm por finalidade promover o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). Dessa forma, considerando a necessidade da criança com um ser todo, promovendo seu desenvolvimento e inserção em uma instituição pública e de qualidade resultado de lutas do povo e que atualmente houve grandes avanços no que diz respeito aos direitos das crianças.

Compreendemos as leis com impregnadas de tensões residindo nelas à dimensão de lutas por inscrições mais democráticas na educação. E as leis mencionadas anteriormente têm como intencionalidade fazer com que a educação seja reconhecida como fase inicial da educação da criança e deve ser oferecida com qualidade. Logo, é na educação infantil que a maioria das nossas variações terá o seu primeiro contato com a educação formal, que pretende complementar a educação recebida do meio familiar e na sociedade. Por isso esse nível de educação requer profissionais que possua as habilidades necessárias para lidar com as especificidades dessa faixa etária. (OLIVEIRA, 2008 p.54)

A autora ressalta que através promulgação desta lei a democracia se fez presente cada vez mais na legislação da educação infantil. Em decorrência desse fato a educação infantil tornou-se assunto de diferente fórum de debates, para que possa ser devolvida uma aprendizagem integral para todas as crianças. E em concordância com legislação o MEC, publicou em 1998 os documentos "Subsídios

para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998), que contribuiu de forma significativa para a construção de diretrizes e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998a), com o objetivo de contribuir para as práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil. Esses documentos ressaltaram a importância de que essas práticas na fase da infância deveriam ser desenvolvida uma forma em que a criança pudesse praticar as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998a, p. 63, v. 1).

Para que esses objetivos fossem alcançados de modo integrado, o referido documento sugeriu que as crianças não tivessem apenas atividades relacionadas a brincadeiras, mas que conhecimento adquirido tivesse significado importante no seu processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, a ligação entre os documentos chega à conclusão que:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser

e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Em análise ao cuidar, é importante ressaltar que esse deve ser entendido como parte integrante da educação, ou seja: “[...] cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas” (BRASIL, 1998a, p. 24). Ainda neste contexto o Conselho Nacional de Educação, aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) que teve como objetivo principal comandar de forma obrigatória todos os encaminhamentos de ordem pedagógica para os níveis de ensino aos sistemas municipais e estaduais de educação e as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, que também teve sua contribuição de suma importância, para que ambos os níveis de ensino e buscou melhorar a formação dos profissionais da educação.

Barreto (1998) enfatiza que, apesar de todos os avanços em relação à legislação no que se refere ao reconhecer que a criança tem direito à educação nos seus primeiros anos de vida, e que vale a pena considerar os desafios que foram enfrentados para que esse direito fosse conquistado, as décadas se passaram e a entrada da criança na creche ainda deixa muito a desejar, em especial porque as crianças de famílias de baixa renda estão tendo menores oportunidades que as de nível socioeconômico mais elevado. Em relação a isso o autor esboça que,

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar. (BARRETO, 1998, p. 25).

Neste sentido, a autora relata que a busca pela qualidade de ensino em questão, cria-se projetos educativos nas instituições para que a formação de professores e sua valorização fossem ligadas a essa faixa etária para que possa garantir que esses recursos sejam destinados esse nível de ensino. Para que esse objetivo seja cumprido dentro da legislação, foi aprovada, no ano de 2001, a Lei nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação cujo principal objetivo era estabelecer

metas em todos os níveis de ensino, onde sua vigência durou até o ano de 2010.

Outro fato importante desse documento era reduzir as desigualdades sociais e regionais em relação a entrada e a permanência da criança e do adolescente no ensino público, princípio que se aplica à educação infantil, vista ser a desigualdade de acesso bastante significativa nas classes menos favorecidas (BARRETO. 2003). Dentre as metas descritas nesse documento, Brandão (2007) analisa as metas nº1, 18, 22 e 23 que tratam desta questão, a prioridade e a oferta ao atendimento a educação infantil. A primeira meta trata da ampliação da oferta de atendimento a criança de zero a seis anos de idade, sendo que essa meta precisa de investimentos financeiros o autor relata que:

[...] tais investimentos teriam que ser feitos nos próximos seis anos, o que, dada a ênfase da política macroeconômica atual, focalizada na realização de um elevado superávit primário para pagamento de juros, encargos e serviços da dívida externa brasileira, torna-se difícil acreditar que os mesmos serão efetivados (BRANDÃO, 2007, p. 81).

Entre as várias prioridades do PNE (BRASIL, 2001) a extensão da escolaridade obrigatória para crianças de seis anos de idade era uma das principais, para a inclusão delas nos anos iniciais do ensino fundamental fazendo com que a evasão escolar que ocorrera na instituição fosse excluída. Já a segunda meta, nº 18, tinha como objetivo a oferta e o atendimento com qualidade, desta forma Brandão (2007) esclarece que, embora não haja dúvida de que o cumprimento só trará benefícios às crianças, o problema é que a meta que prevê a adoção progressiva do atendimento em tempo integral inviabiliza tal atendimento, uma vez que “[...] corre-se o risco de nunca termos a ter tal atendimento, visto que ainda não conseguimos, sequer, adotá-lo para as crianças do Ensino Fundamental” (BRANDÃO, 2007, p. 82). A terceira meta, nº 22, que previa a ampliação do Programa de garantia de renda mínima associada às ações socioeducativas, a mesma foi vetada pelo presidente na época, Fernando Henrique Cardoso.

A quarta meta, de nº 23, questionava a realização de estudos sobre o custo da educação infantil, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento desse nível de ensino, Brandão (2007), faz uma análise onde prioriza o fato de que para que meta fosse alcançada, primeiramente, tiveram que fazer a definição quais eram os parâmetros de qualidade e enfatizar que é primordial que se atinja primeiro, “[...]”

uma série de disposições postas no conjunto das metas e objetivos estabelecidos por esse PNE para a educação infantil” (BRANDÃO, 2007, p. 84).

Com todas essas metas, algumas alcançadas, outras não, podemos dizer que educação deu um grande avanço na legislação que regulamenta suas fases, entretanto há muito ainda para se fazer, porém o mais importante é fazer com que essa educação de qualidade chegam a todas as crianças, e eu possam ser reconhecidas não apenas na legislação ou em outros documentos oficiais mas pela sociedade em geral, afinal essa etapa da educação básica é de responsabilidade pública e todos devem assumir esse desafio.

1.3 EDUCAÇÃO INFANTIL: AVANÇOS E RETROCESSOS

No Brasil, os primeiros testes para criação de creches apresentaram-se de forma assistencialista, com o propósito de ajudar as mulheres que trabalhavam fora de casa e também para auxiliar as viúvas desamparadas. Outro motivo que provocou o início de instituições de para crianças foi à necessidade de se oferecer acolhimento as crianças órfãs, que na verdade possuía a finalidade de encobrir o constrangimento das mães solteiras, pois as crianças “[...] eram sempre filhos de mulheres da corte, pois somente essas tinham do que se envergonhar e motivo para se descartar do filho indesejado” (RIZZO, 2003, p. 37). Pretendia-se impor a criação de uma ideia para solucionar a problemática dos homens, com isso, apartava-se dos homens o compromisso de assumir a paternidade. A época, não havia uma concepção definida sobre os aspectos da criança, pois ela era “[...] concebida como um objeto descartável, sem valor intrínseco de ser humano” (RIZZO, 2003, p. 37).

Problemas sociais como os altos índices de mortalidade infantil e desnutrição, além dos vários casos de acidentes domiciliares, geraram uma mobilização na sociedade, com isso, setores religiosos, educacionais e empresariais começaram a perceber a necessidade da criação de locais onde as crianças receberiam cuidados fora do ambiente doméstico. Em torno dessa problemática, Didonet (2011) afirma que:

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da

criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche. (DIDONET, 2001, p. 13).

Ao final do século XIX, ocorria o fim da escravidão no Brasil, com isso aumentou o número de migrações para as grandes cidades, junto a isso houve o surgimento de iniciativas isoladas com o intuito de proteger a infância das crianças. Uma grande demanda de creches foi implantada por instituições filantrópicas com o objetivo de atender as crianças e as mães que trabalhavam e não tinham onde deixar seus filhos.

Três tendências apoiavam a introdução de creches e jardins de infância no final do século XIX, essas tendências foram a jurídico-policial, medico-higienista e a religiosa, ambas defendiam a infância moralmente abandonada e o combate à mortalidade infantil. Na realidade, cada instituição “[...] apresentava as suas justificativas para a implantação de creches, asilos e jardins de infância onde seus agentes promoveram a constituição de associações assistenciais privadas” (KUHLMANN Jr., 1998, p. 88).

Para Kramer (1995, p. 24), a ideia é a de que as crianças oriundas das classes sociais dominadas são consideradas “[...] carentes, deficientes e inferiores na medida em que não correspondem ao padrão estabelecido; faltariam a essas crianças privadas culturalmente, determinados atributos ou conteúdos que deveriam ser nelas incutidos”. Portanto, a fim de superar essas diversas carências, foram implantadas diversas ideias que segundo a autora, funcionariam como mola propulsora da mudança social, uma vez que possibilitaria a democratização das oportunidades educacionais.

Ambas as funções podem ser desmistificadas. Ao nível da primeira função, considera-se a educação como promotora da melhoria social, o que é uma maneira de esconder os reais problemas da sociedade e de evitar a discussão dos aspectos políticos e econômicos mais complexos. A proposta que ressurgiu, de elaborar programas de educação pré-escolar a fim de transformar a sociedade no futuro, é uma forma de culpar o passado pela situação de hoje e de focalizar no futuro quaisquer possibilidades de mudança. Fica-se, assim, isento de realizar no presente ações ou transformações significativas que visem a atender às necessidades sociais atuais (KRAMER, 1995, p. 30).

Ao passo que as organizações públicas amparavam as crianças mais necessitadas, somente com o intuito de acolhimento dos mesmos, as organizações particulares trabalhavam em meio período com as crianças, enfatizando a preparação para os próximos níveis de ensino. É notório que a educação é um processo sociocultural e político, nesse sentido as instituições passaram a preocupar-se com a educação, com isso surgiram os primeiros desenvolvimentos na função da educação infantil. Assim, Paschoal e Machado (2009, p.1 apud GASBARRO et al, 2011, p.24), nos relata que,

É importante mencionar que as escolas infantis no Brasil sofreram, no decorrer dos tempos, diferentes mudanças em suas funções, as quais passaram pelo assistencialismo, custódia e privação cultural, até a função educativa. [...] do ponto de vista histórico houve um avanço significativo da legislação quanto esta reconheceu a criança como cidadã, como sujeito de direitos, inclusive o direito à educação de qualidade desde o nascimento.

Com a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, as crianças passaram a ter direito ao acesso as creches, onde não seria ofertado somente um serviço de assistência social, e sim algo voltado para o campo educacional, onde estaria incluída no Sistema de Ensino fazendo parte das políticas públicas. Assim, para Oliveira (2002, p. 115).

[...] a elaboração de novos programas buscava romper com concepções meramente assistencialistas. [...] propondo-lhes uma função pedagógica que enfatizasse o desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças [...] na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Diante desses avanços referentes a modalidade de ensino da educação infantil discernida pela Constituição Federal, novos progressos foram alcançados e decretados. Os principais avanços foi o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI).

A Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 foram de grande importância no reconhecimento da criança como pessoa que dispõe de direitos, entre eles direito a educação de qualidade. Gomes (2009, p. 46), destaca algumas leis que reforçam essa decisão:

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069/90), que baseado na “Doutrina da Proteção Integral”, buscou garantir e proteger direitos para criança e adolescentes previstos na CF/88, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, que também reforçou e ampliou essa perspectiva, ao tratar a educação infantil como primeira etapa da educação básica e o FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Surgindo como função de assistência social para mães e viúvas até o ponto em que se tornou modalidade educacional essencial no processo de educação da criança, a educação infantil conquistou avanços importantes durante esse processo ao ponto de assegurar-se como dever de todos e direito do Estado a oferta de uma educação de qualidade para todos. Portanto, a Constituição Federal no seu artigo 208, inciso I e IV afirma que é dever do Estado:

I- educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;
IV- educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 05 (cinco) anos de idade;

Com a inserção da educação infantil como primeira modalidade da educação básica de ensino pela LDB de 1996, essa modalidade foi percorrida da seguinte forma: “I - em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”. (SILVA, 2003, p. 100).

A LDB modificou alguns pontos da lei referente as crianças de quatro a dezessete anos, que passaram a ter a obrigatoriedade de estar matriculado em alguma modalidade de ensino da educação básica, onde anteriormente os pais tinha a opção de matricular ou não seus filhos até os seis anos de idade, na atual emenda constitucional a criança deve ser matriculada aos quatro anos e permanecer em uma instituição educacional até os dezessete anos de idade. Assim, segundo a LDB e com a nova emenda constitucional, a Lei nº 12.796 de 04 (quatro) de abril de 2013 altera a Lei nº 9.394/96, relata:

Art. 1º A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações: [...]. I- educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...].
Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Apesar de ser opcional para os pais a inserção da criança de seis meses a três anos de idade na pré-escola, e direito da criança que o Estado lhe ofereça instituições que ofereçam essa modalidade de ensino, porém esse é um direito que se encontra em grande parte somente na teoria, pois na realidade não há instituições o suficiente para suprir toda a demanda necessária, com isso há a necessidade de que haja a construção de novas instituições de ensino para suprir essa problemática.

Um dos grandes desafios da educação infantil é a formação de profissionais capacitados para atuar nessa modalidade de ensino, tendo em vista que é necessário que haja profissionais o suficiente que atenda não só na quantidade, mas também com qualidade, algo imprescindível em qualquer nível de ensino.

Para tanto de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2010, p. 46, artigo 62), sobre a formação docente, faz saber que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de Licenciatura de graduação plena, em Universidades e Institutos Superiores de Educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil [...].

Anteriormente não havia a necessidade de se ter uma formação especializada para atuar em creches e pré-escolas, contudo, os avanços e mudanças de visão quanto a essa modalidade de ensino, tornou-se notório a disponibilidade de profissionais que possuíam uma formação superior, algo que o torna mais apto a exercer essa função. A obrigatoriedade de se ter uma formação superior para exercer cargos na educação infantil foi um grande avanço que contribuiu com a qualidade do ensino ofertado às crianças. Por isso ressalta-se a importância da elaboração de um currículo que envolva questões como a rotina, o tempo, o espaço, materiais disponíveis. Segundo Gomes (2009, p. 203):

Se o professor é o profissional indicado para trabalhar com a criança pequena, e se as instituições de educação infantil estão vinculadas aos sistemas de ensino, cabe-nos qualificar esse profissional no campo da educação, e a revelação das histórias pessoal, profissional e institucional mostrou ser importante para que se possa não só compreender o atual momento que estamos vivendo nessa área, mas também apontar alternativas para o futuro, na perspectiva do caminho que se quer trilhar.

O grande desafio do profissional que atua na educação infantil é conciliar a teoria que se adquire na academia com a prática, pois, a realidade encontrada nas

instituições de ensino muitas vezes contradiz a teoria aprendida em sala de aula, com isso a um distanciamento entre as duas partes. Assim, de acordo com Faria e Palhares (2007, p. 9 e 10),

[...] á medida que a leitura do referencial vai nos remetendo `aquela infância desejada, rica em estímulos, pertinente quanto á educação do vínculo do educador com a criança, e vai nos seduzindo, transportando, remetendo para crianças idealizada, ele nos afasta da maioria das creches brasileiras, desconhecendo ou ocultando parte dos conhecimentos anteriores sistematizados e divulgados.

Nossa realidade é ainda um tanto distante. Por um lado, temos um quadro de educadores pouco qualificados, e, por outro, para efeito de ilustração, temos um quadro de pais e mães oprimidos, pouco participativos na dinâmica das instituições e que, antes de tudo, necessitam de creche como um equipamento, não “podendo” reconhecê-la como um direito, mas aceitando-a como um favor.

Portanto, há a necessidade de que haja profissionais realmente capacitados para atuarem nessa modalidade de ensino, pois não basta apenas ter a formação superior, é necessária uma formação continuada, para que as visões, concepções, teorias e metodologias sempre estejam atualizadas e adequadas para a uma boa pratica do ensino na educação infantil.

2 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 A CONSTRUÇÃO DA BNCC

A construção da Base Nacional Comum Curricular ocorre após a aprovação da Lei nº 13005/2014 pelo Plano Nacional de Educação que esteve em vigência de 10 anos, e determinou a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população, dos 6 aos 14 anos, garantindo que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada.

Desta forma se definiu uma meta a ser alcançada que seria a construção de uma Base Nacional Comum (BRASIL, 2014):

2.1) O Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os(as) alunos(as) do ensino fundamental;

2.2) Pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art.º 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental. (BRASIL 2014)

A partir desse momento, o Ministério de Educação, em 2015, iniciou-se o processo de construção da BNCC, mesmo sobre a crise política que o país vivia na época, bem como mudanças de Ministros e suas respectivas equipes. O Conselho Nacional de Educação sofreu também algumas alterações estruturais com a chegada de Michel Temer à Presidência e a quebra de continuidade das políticas até ali desenvolvidas, fazendo afirmar novas concessões e vontades.

Então, é perceptível que tratar deste documento normativo como a Base Nacional Comum Curricular é algo bastante importante, pois, é a partir dela que a melhoria para as três etapas da Educação Básica ocorrem, neste sentido a criação da BNCC tem como objetivo orientar professores em sala de aula, assim, o mesmo rege normas de aprendizagem essenciais em que os alunos devem desenvolver ao longo das etapas na educação, porém a conformidade com o Plano Nacional de Educação uma forma de prepara-lo para o futuro. Segundo o MEC (2017, 07) “[...] a BNCC soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a

formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva”. Assim torna-se plausível que,

A BNCC por si só não alterará o quadro de desigualdade ainda presente na Educação Básica do Brasil, mas é essencial para que a mudança tenha início porque, além dos currículos, influenciará a formação inicial e continuada dos educadores, a produção de materiais didáticos, as matrizes de avaliações e os exames nacionais que serão revistos à luz do texto homologado da Base. (BRASIL, 2017, p. 5).

Neste sentido, é importante ressaltar que este documento também foi criado com intuito de melhorar a metodologia do professor e didáticas dentro do âmbito escolar, assegurando aos estudantes seu desenvolvimento cognitivo, social, cultural e político, reconhecendo que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017, p.8).

O mesmo é organizado em dez competências gerais que o professor deve seguir para o desenvolvimento de seu aluno, ademais relata os fatos marcantes a sua construção, relata também sobre a educação integral currículos e igualdade educacional, e de acordo com o documento o mesmo discorre que:

A BNCC desempenha um papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas (BRASIL, 2017, p.15).

Observa-se que a BNCC, foi criada com propósito de reformas curriculares nas instituições de ensino, fazendo um grande aperfeiçoamento nas leis já existentes no país, desta forma acredita-se que a BNCC veio para fazer com que a educação brasileira promovesse direitos de aprendizagens iguais. Levando em consideração a construção desse documento que leva a refletir sobre algumas situações acerca da atual situação da educação brasileira, e a sua construção esta diretamente relacionada a acordos políticos, as questões curriculares discorrem que,

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes selecionados aquela parte que vai constituir precisamente o currículo (SILVA, 2010, p.15).

Sendo assim, a questão curricular é voltada para uma educação onde a criança será ouvida, será observada e também levar em consideração os saberes e

experiências que ela vai adquirir na educação infantil. A questão é o currículo deve esta de acordo com que a criança necessite e pelo que representa, tendo sua autonomia sendo trabalhada de maneira correta, assim, ela está construindo sua própria identidade.

Ressalta-se que a ampliação da BNCC faz com que nos aprofundemos em universos educacionais que possibilita à criança uma qualidade de ensino essencial que ao longo do tempo será desenvolvido em seu percurso estudantil. A BNCC da educação infantil chega nesta nova proposta com concepções que irão ampliar o universo de conhecimento já existente na criança, e as experiências futuras que irão construir, na Educação Básica de acordo com a DCNEI, no artigo 9º destaca que os eixos estruturantes das práticas pedagógicas são interações e brincadeiras para que assim as crianças absorver um conhecimento que irá melhorar seu desenvolvimento educacional. Desta forma a BNCC ressalta que:

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções. (BRASIL, 2017. p, 37)

Assim, esses eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica proposta neste documento desenvolvem seis direitos de aprendizagem que deverão assegurar na educação infantil que a criança possa aprender diversas situações que possam apresentar o papel ativo em ambientes que os desafios vividos são constantes, assim poderão resolvê-los e construir sua identidade o mundo social e cultural.

Os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil são (BRASIL, 2017. p. 38)

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo

educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

Neste sentido o papel fundamental do professor é refletir, selecionar, planejar, organizar, monitorar essas práticas para que a criança tenha seu desenvolvimento pleno das atividades previstas por ele. Fazer o acompanhamento dessas práticas onde a criança participe envolvê-las em tarefas que poderão parte de seu cotidiano, esses direitos de aprendizagem devem assegurar que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver durante sua trajetória educacional. Em resumo, trata-se de reunir esses elementos para garantir os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017. p.40). Esses campos de experiência da Educação Infantil indicam quais são as experiências fundamentais para que a criança aprenda e se desenvolva.

Assim, os campos enfatizam noções, habilidades, atitudes, valores e afetos que as crianças devem desenvolver de 0 aos 5 anos e buscam garantir os direitos de aprendizagem das crianças. Ou seja, o conhecimento vem com a experiência que cada criança vai viver no ambiente escolar. Dessa forma, os Campos estão

organizados de maneira que possa apoiar o professor no planejamento de sua prática intencional. Em outras palavras, é importante que as práticas do professor estejam diretamente comprometidas com as necessidades e os interesses da criança, para que a vivência se transforme em uma experiência e tenha, de fato, um propósito educativo. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são:

O eu, o outro e o nós - Destaca experiências relacionadas à construção da identidade e da subjetividade, as aprendizagens e conquistas de desenvolvimento relacionadas à ampliação das experiências de conhecimento de si mesmo e à construção de relações, que devem ser, na medida do possível, permeadas por interações positivas, apoiadas em vínculos profundos e estáveis com os professores e os colegas. O Campo também ressalta o desenvolvimento do sentimento de pertencimento a um determinado grupo, o respeito e o valor atribuído às diferentes tradições culturais.

Corpo, gestos e movimentos - Coloca ênfase nas experiências das crianças em situações de brincadeiras, nas quais exploram o espaço com o corpo e as diferentes formas de movimentos. A partir daí, elas constroem referenciais que as orientam em relação a aproximar-se ou distanciar-se de determinados pontos, por exemplo. O Campo também valoriza as brincadeiras de faz de conta, nas quais as crianças podem representar o cotidiano ou o mundo da fantasia interagindo com as narrativas literárias ou teatrais. Traz, ainda, a importância de que as crianças vivam experiências com as diferentes linguagens, como a dança e a música, ressaltando seu valor nas diferentes culturas, ampliando as possibilidades expressivas do corpo e valorizando os enredos e movimentos criados na oportunidade de encenar situações fantasiosas ou narrativas e rituais conhecidos.

Traços, sons, cores e formas - Ressalta as experiências das crianças com as diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, incluindo o contato com a linguagem musical e as linguagens visuais, com foco estético e crítico. Enfatiza as experiências de escuta ativa, mas também de criação musical, com destaque às experiências corporais provocadas pela intensidade dos sons e pelo ritmo das melodias. Valoriza a ampliação do repertório musical, o desenvolvimento de preferências, a exploração de diferentes objetos sonoros ou instrumentos musicais, a identificação da qualidade do som, bem como as apresentações e/ou improvisações musicais e festas populares. Ao mesmo tempo, foca as experiências

que promovam a sensibilidade investigativa no campo visual, valorizando a atividade produtiva das crianças, nas diferentes situações de que participam, envolvendo desenho, pintura, escultura, modelagem, colagem, gravura, fotografia etc.

Escuta, fala, pensamento e imaginação - Realça as experiências com a linguagem oral que ampliam as diversas formas sociais de comunicação presentes na cultura humana, como as conversas, cantigas, brincadeiras de roda, jogos cantados etc. Dá destaque, também, às experiências com a leitura de histórias que favoreçam aprendizagens relacionadas à leitura, ao comportamento leitor, à imaginação e à representação e, ainda, à linguagem escrita, convidando a criança a conhecer os detalhes do texto e das imagens e a ter contato com os personagens, a perceber no seu corpo as emoções geradas pela história, a imaginar cenários, construir novos desfechos etc. O Campo compreende as experiências com as práticas cotidianas de uso da escrita, sempre em contextos significativos e plenos de significados, promovendo imitação de atos escritos em situações de faz de conta, bem como situações em que as crianças se arriscam a ler e a escrever de forma espontânea, apoiadas pelo professor, que as engaja em reflexões que organizam suas ideias sobre o sistema de escrita.

Espaço, tempo, quantidades, relações e transformações - A ênfase está nas experiências que favorecem a construção de noções espaciais relativas a uma situação estática (como a noção de longe e perto) ou a uma situação dinâmica (para frente, para trás), potencializando a organização do esquema corporal e a percepção espacial, a partir da exploração do corpo e dos objetos no espaço. O Campo também destaca as experiências em relação ao tempo, favorecendo a construção das noções de tempo físico (dia e noite, estações do ano, ritmos biológicos) e cronológico (ontem, hoje, amanhã, semana, mês e ano), as noções de ordem temporal. Envolver as experiências em relação à medida, favorecendo a ideia de que, por meio de situações problemas em contextos lúdicos, as crianças possam ampliar, aprofundar e construir novos conhecimentos sobre medidas de objetos, de pessoas e de espaços, compreender procedimentos de contagem, aprender a adicionar ou subtrair quantidades aproximando-se das noções de números e conhecendo a sequência numérica verbal e escrita. A ideia é que as crianças entendam que os números são recursos para representar quantidades e aprender a contar objetos usando a correspondência um a um, comparando quantidade de grupos de objetos utilizando relações como mais que, menos que, maior que e

menor que. O Campo ressalta, ainda, as experiências de relações e transformações favorecendo a construção de conhecimentos e valores das crianças sobre os diferentes modos de viver de pessoas em tempos passados ou em outras culturas. Da mesma forma, é importante favorecer a construção de noções relacionadas à transformação de materiais, objetos, e situações que aproximem as crianças da ideia de casualidade.

Entretanto esses cinco campos de experiências que foram criados com os objetivos de aprendizagem, nos quais se dividem em faixas etárias estipulando o que a criança deverá aprender de acordo com a instituição de ensino, onde a mesma irá adotar esse método, a seguir, um exemplo dos objetivos do campo de experiências “Traços, sons, cores e formas”:

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS”		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01TS01) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	(EI02TS01) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	(EI03TS01) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.	(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.	(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.
(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.	(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.

Figura 1 – Objetivos do campo de experiências “Traços, sons, cores e formas”

Fonte: Base Nacional Comum Curricular (2017).

Desta forma os campos de experiências e dos objetivos se caracterizam por um ponto importante sobre o distanciamento do olhar para cada criança na sua

individualidade e especificidade, se limitando um objetivo específico para cada faixa etária. Segundo a DCNEI (2010, art. 3), que é o documento legislador da Educação Infantil, “o currículo na educação infantil acontece na articulação dos saberes e as experiências das crianças com o conjunto de conhecimentos, já sistematizados pela humanidade, ou seja, os patrimônios cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico”.

Portanto pensando na formação de professores, a Base Nacional Comum Curricular de certa forma faz uma boa reflexão, além de trazer conhecimento para ajudar a entender e compreender as diferenças sobre o trabalho com os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas. Acreditar que todos os professores têm uma formação certa voltada para reflexão, questionamentos e de valorização da cultura da infância, todos estariam fechando os olhos para a realidade da nossa Educação e o lugar que ela ocupa no nosso país.

2.2 LEGISLAÇÕES QUE AMPARAM A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular direciona os alicerces dos saberes que devem ser ensinados em sala de aula, englobando todos os níveis da educação básica. Com ela, todos os estudantes possuirão os mesmos direitos de ensino, independentemente da região que ele situa-se. De acordo com o então ministro da Educação até abril de 2017:

[...]. A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, 2017b, p. 5).

A BNCC é um importante documento que norteia as aprendizagens que devem ser trabalhadas nas escolas, sejam elas públicas ou particulares, na modalidade da educação básica. Em 2015 deu-se início a construção da nova BNCC, a partir da análise de documentos curriculares feita por 116 especialistas indicados pelas universidades e secretarias estaduais e municipais. Nos anos de 2015 e 2016 foram realizadas consultas públicas on-line com o objetivo de proporcionar uma participação da população na construção desse documento, a

iniciativa contou com a participação de mais de 12 milhões de pessoas, a maioria educadores, e com isso as contribuições foram enviadas ao Ministério da Educação (MEC). Em 2017, mais precisamente no final desse ano, após vários debates e audiências públicas, os textos introdutórios da base referente à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e aprovado pelo MEC.

A construção da BNCC possui um amparo legal tanto nas Leis de Diretrizes e Bases de 1996, quanto na Constituição Federal de 1988. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A Carta Constitucional já reconhecia a importância de fixar conteúdo a serem trabalhados da mesma forma em todo âmbito nacional. O artigo 210 frisa a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Além de estar prevista no Artigo 210 da Constituição de 1988, A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 1996, vem como principal amparo na construção da BNCC, pois é através da LDB nº9394/96 que toda educação é regida em âmbito nacional, com isso, a BNCC possui um embasamento legal, pois é norteada dentro das normas da LDB. No § 1º do art. 9º a União destaca a necessidade de “elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”, pois através desse planejamento as escolas em todos os níveis da educação básica possuíram um norte para a padronização dos conteúdos ensinados, que serão definidos dentro da BNCC.

A União ampara-se no § 1º do art. 6º e nas alíneas “b”, “d” e “f” do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 para criação da nova BNCC, pois segundo § 1º do art. 6º citados acima o Ministério da Educação exerce as atribuições do poder público federal em matéria de educação pública, podendo formular e avaliar a política nacional de educação, para zelar pela qualidade do

ensino e fazer valer o cumprimento das leis que a regem. (BRASIL, 1961). O art. 7º dispõe ao Conselho Nacional de Educação, atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, para assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional. (BRASIL, 1961).

O Conselho Nacional de Educação, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, no art. 7º destaca-se as alíneas “b”, “d” e “f”, permitindo-o respectivamente de: manifestar-se sobre questões que abranjam mais de um nível ou modalidade de ensino; emitir parecer sobre assuntos da área educacional, por iniciativa de seus conselheiros ou quando solicitado pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto; e analisar e emitir parecer sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidade de ensino. . (BRASIL, 1961).

O Presidente do Conselho Nacional de Educação homologou a nova BNCC pela Portaria MEC nº 1.348, de 14 de dezembro de 2018, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 33, embasando-se:

No uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no § 1º do art. 6º e nas alíneas “b”, “d” e “f” do § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos artigos 205 ao 214 da Constituição Federal, nos artigos 1º ao 5º, no inciso IV do art. 9º, nos artigos 22 até 28, e nos artigos 35, 35-A e 36 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), nas metas e diretrizes definidas no Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014, na Resolução CNE/CP nº 2/2017 e no Parecer CNE/CP nº 15/2017, na Resolução CNE/CEB nº 3/2018 e no Parecer CNE/CEB nº 3/2018, bem como no Parecer CNE/CP nº 15/2018. (BRASIL, 2018).

A BNCC de 2018 leva em consideração alguns artigos da LDB de 1996, fundamentando-se no art. 36 da LDB, na redação dada pela Lei nº 13.415/2017 para definir que “o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, ciências humanas e sociais aplicadas, e formação técnica e profissional”, cuja “organização das áreas (...) e das respectivas competências e

habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino”. (BRASIL, 1996).

A BNCC atenta a Meta 7 do PNE, na Estratégia 7.1 que fixa que se deve “estabelecer e implantar, mediante pactuação inter-federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local”. (BRASIL, 2014).

A Resolução CNE/CP nº 2/2017 propõe que a implantação da BNCC baseie-se no Parecer CNE/CP nº 15/2017, levando em conta que “a BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental foi aprovada pelo CNE em 21 de dezembro de 2017, pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, com fundamento no Parecer CNE/CP nº 15/2017, bem como a BNCC do Ensino Médio foi apresentada pelo MEC ao CNE em abril do corrente ano, a partir do qual o Colegiado desenvolveu intensos e produtivos debates e embates em diversas reuniões, encontros e audiências públicas nacionais com a sociedade civil organizada”. (BRASIL, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular de 2018 leva em consideração as resoluções do CNE e alguns artigos da LDB de 1996, com isso ela ampara-se legalmente para que possa vigorar em âmbito nacional, com objetivo de padronizar o ensino e gerar um resultado satisfatório no processo de Ensino-Aprendizagem.

De acordo com o que foi abordada, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União.

Estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **competências e diretrizes** para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996. ênfase adicionada).

Tal orientação foi responsável por destacar que a idealização deveria envolver os conhecimentos das diretrizes com a realidade local da escola e dos indivíduos, algo que norteou as diretrizes curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na década de 90.

O conceito de contextualização da escola, trazendo os ensinamentos repassados nas aulas para a realidade que o alunado está inserido sempre se mostrou como algo importante no processo de Ensino-Aprendizagem, pois o

discente assimila melhor o conhecimento quando ele reconhece o contexto do que está sendo trabalhado em aula. Em 2010 foi promulgada pelo Conselho Nacional de Educação, novas Diretrizes Curriculares Nacionais, que de acordo com o que destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, ressaltava justamente essa contextualização dos conhecimentos, gerando uma valorização das pluralidades culturais que se encontra no Brasil.

A Lei nº 13.005/2014 promulga o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de.

Estabelecer e implantar, mediante pactuação Inter federativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

As leis que regem a educação no Brasil possuem o objetivo de igualar os conhecimentos ensinados nas escolas, porém também é entendido que os pais são muito grandes, chegando a ter extensão continental, com isso às diversidades culturais são diversas, portanto, as formas de repassar esses conhecimentos devem respeitar e trazer esse contexto do local e da cultura para que haja uma melhor compreensão dos assuntos trabalhados.

A Lei nº 13.415/2017, da legislação brasileira, promoveu uma mudança na LDB, adotando duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá **direitos e objetivos de aprendizagem** do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...] Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas **competências e habilidades** será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 2017 8; ênfases adicionadas).

São maneiras distintas para determinar algo em comum, portanto, designa o que deve ser ensinado ao aluno, trazendo tanto os saberes quanto a capacidade de aplica-los. Dessa forma, pode-se dizer que as leis educacionais foram criadas para que educação brasileira pudesse suprir a necessidade da sociedade em ter uma educação de qualidade, onde o aluno recebesse durante sua trajetória educacional, aprendizagens e conhecimento que o mesmo levaria para toda a vida, assim dando

sempre continuidade para que seu crescimento fosse uma prova vida de que as leis no que se refere à educação fizeram sua parte de forma positiva.

2.3 REALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL ANTES DA BNCC

A realidade da Educação Infantil antes da BNCC ou qualquer documento normativo que ampara a primeira etapa da educação foi completamente definido somente pelo cuidar, em caráter assistencialista onde se trabalhava o cuidar da criança em sistema higienista e tinha a educação compensatória que visava um Conjunto de medidas políticas e pedagógicas visando para compensar as deficiências físicas, afetivas, intelectuais e escolares das crianças das classes cultural, social e economicamente marginalizadas, com o objetivo de fazer com que essas crianças consigam ascender profissionalmente, sendo distinguida por educação na época.

A educação infantil luta para consolidar-se na prática enquanto primeira etapa da educação básica. Neste sentido, a escola enquanto instituição escolar precisará debruçar-se em esforços na construção de uma proposta pedagógica curricular, de caráter coletivo. As discussões perpassam pela Lei de Diretrizes e Bases, os Referenciais e as Diretrizes Curriculares neste campo. (SCHRAMM, MACEDO e COSTA, p. 79).

Observa-se que a educação ainda enfrenta desafios, mesmo atualmente com a BNCC definida muitos profissionais da área ainda utilizam métodos da antiga forma de se trabalhar em uma sala de aula e por isso encontra-se uma grande dificuldade de se trabalhar a BNCC atualmente.

Antes da BNCC não havia tanta rigidez quanto à alfabetização das crianças, por exemplo, em relação à transição entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, pois, como aponta a BNCC, é preciso que haja uma continuidade em seu percurso educacional exigindo certo equilíbrio entre as mudanças introduzidas, garantindo integração e continuidade dos processos de aprendizagens das crianças, respeitando suas particularidades e diferenças em relações que elas estabelecem com os conhecimentos.

Ressaltar as dificuldades da realidade antes das BNCC ainda é algo bastante discutido, a mesma ressalta a grande importância dos pais na educação da criança como formação de seu desenvolvimento a ser completo. E que antes desse

discernimento, muitos pais matriculavam seus filhos na Educação Infantil porque não tinha com quem deixar suas crianças e visava os centros como um lar para os educadores cuidarem das crianças, sem certa importância se ela aprenderia ou não.

Toda escola tem uma proposta de ter um currículo que define o que as crianças aprendem e quando aprendem sendo feito de forma descentralizada, porque cada escola tinha sua proposta, gerando uma desigualdade, pois, uma escola definia que as crianças tinham que aprender mais, outras menos independente de ser pública ou privatizada e agora com a Base definindo que qualquer criança de 0 à 5 anos é esperado que ela aprenda o que é seu de fato e de direito e para a escola espera-se que a mesma saiba como desenvolver e propiciar esses momentos em cada etapa da criança.

De acordo com os documentos, Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), de 1998 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2009, ambas mostraram um avanço na direção de colocar a criança em foco e serviram como uma fundamentação para a criação desta nova Base, porém o que se diferencia a educação infantil desta época com a realidade em que se vivencia hoje está em que a criança não tinha como principal objetivo a criação de sua própria identidade como objeto de aprendizagem, fato que se destaca no RCNEI, outro fator importante é que as DCNEI reforçam a importância de que a criança deve ter acesso ao conhecimento científico e cultural, colocam também o foco nas interações e brincadeiras como eixos estruturantes no currículo. Outra característica semelhante a Base é o conceito entre cuidar e educar, é algo que a BNCC valida e reforça nessa nova proposta.

A BNCC reforça a visão da criança que será protagonista em todos os contextos de que faz parte: ela não irá apenas interagir, mas cria e modifica a cultura e a sociedade, esse é um dos objetivos da base para que a partir de um significativo avanço no entendimento de como a criança aprende, oferecer referências para a construção de um currículo, baseadas em direitos de desenvolvimento e aprendizagem bem definidos. Essas áreas de conhecimento e as diferentes linguagens estão integradas por meio dos Campos de Experiência.

Parte-se do pressuposto de que a criança aprende. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) já estabeleciam que cuidar e educar não eram dimensões separadas, mas sim, duas faces de uma experiência única. A BNCC valida e reforça esse conceito de que as ações de cuidado estão plenamente

integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo, criando campo propício para a sistematização dos conhecimentos, que acontece na etapa posterior do Ensino Fundamental.

Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo. Nesse contexto, as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. Nessa direção, e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade”. (BNCC, 2018. p.36).

A BNCC logo veio para consolidar algo que era obvio. Mas não praticado, trabalhar as múltiplas inteligências, seguidos de eixos temáticos que trabalham o cognitivo, afetivo, social e principalmente o cultural é ainda o foco da BNCC. E com base nos seus estudos trazer a família do pequeno ao ambiente escolar, pois são em casa que a criança deve aprender determinados ensinamentos, pelos grupos familiares, e a escola como agente de transformação social está ali para lapidar aqueles ensinamentos como um todo. É importante destacar que de deve levar em consideração a realidade de cada região.

Trabalhar a BNCC na atualidade ainda gera conflitos, muito profissionais da área ainda vivenciam um pensamento tradicionalista, e tem certas resistências em se trabalhar novas concepções e práticas dentro de uma sala de aula, trazendo novos métodos e didáticas que possam fazer com que a aula se torne prazerosa.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: OLHARES DE PROFESSORES DE DOIS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE ITAITUBA-PARÁ

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS PESQUISADOS

3.1.1 Centro Municipal de Educação Infantil “Pequeno Príncipe”

O Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, localizado na 2ª rua bairro Jardim Aeroporto, iniciou suas atividades educacionais no ano de 1989 na administração do prefeito Benigno Olazar Reges. Inicialmente atendia em período integral crianças com idade de 03 a 06 anos. Com objetivo de proporcionar o desenvolvimento das habilidades infantis, o atendimento era assegurado às crianças em um barracão cedido pela comunidade. Outrora a instituição era popularmente conhecida como “CRECHINHA”, anos depois se construiu Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, a escolha do nome se deu em homenagem ao filho do presidente do bairro senhor Alcides da Silva Cruz.

O centro foi construído de acordo com os parâmetros de qualidade para educação infantil, portanto oferece estrutura física, equipamentos, mobiliários adequados para o atendimento à criança de 0 a 5 anos e onze meses. O centro iniciou suas atividades educacionais, atendendo crianças de 3 a 5 anos e onze meses.

O Centro Pequeno Príncipe, tem a missão de oferecer às crianças uma educação de qualidade, proporcionando-as atividades que auxilie no desenvolvimento integral, que valorize as diversidades culturais, o respeito a inclusão, que desenvolva consciência ambiental assegurando assim o direito de exercer cidadania. Sua Proposta Pedagógica constitui-se, portanto o compromisso de cumprir com amor e responsabilidade o ato de cuidar/educar a criança juntamente com a família e comunidade, acredita-se que esta parceria assegura a qualidade na educação, pois juntos poderão viabilizar a concretização dos objetivos propostos.

Falar em educação infantil é impossível não imaginar um ambiente confortável, colorido, com mobílias, brinquedos, materiais didático-pedagógicos acessivos às idades das crianças. Foi com esse olhar que Governo Federal e Municipal resolveu assegurar os direitos fundamentais ao desenvolvimento integral das crianças de creches e das pré-escolas. Assim, foi entregue ao bairro Jardim Aeroporto uma Creche PROINFÂNCIA, a referida foi registrada como Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe.

Neste ano letivo de 2020 atendemos uma clientela de 297 alunos nos turnos da manhã e tarde. Atualmente temos um quadro funcional de 30 servidores, sendo

16 professoras, 6 auxiliares de serviços gerais, 3 vigias, 2 merendeiras, 1 cuidadora, 1 diretora e 1 secretaria, temos 6 turmas de maternal (três pela manhã e três a tarde), 5 de Jardim I (duas pela manhã e três a tarde) e 5 de Jardim II (três pela manhã e duas a tarde), totalizando 16 turmas.

3.1.2 Centro Municipal de Educação Infantil Hanna Stella Lucyk dos Santos

O Centro Municipal de Educação Infantil Hanna Stella Lucyk dos Santos, situado no bairro Jardim Aeroporto km 5, residencial Wirland Freire, ganhou sua identidade no dia 01 de junho de 2016 de acordo com a Lei Municipal nº 2923/2016. Nome este, que surgiu em homenagem a menor Hanna Stella Lucyk dos Santos; Hanna nasceu no dia 21 de julho de 2004, natural de Itaituba, filha da advogada Leda Marta Lucyk dos Santos, procuradora do Município na época, ambas tiveram suas vidas brutalmente ceifadas no dia 22 de fevereiro do ano de 2014, na ocasião Hanna tinha apenas dez anos de idade. Inicialmente, as matrículas foram realizadas, em dezembro de 2015, no Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, situado no mesmo bairro, conduzidas pela Coordenação da Educação Infantil (SEMED) Professora Judite Belém (coordenadora) Professora Ivete Nascimento e Professora Eli Regina.

O Centro iniciou suas atividades no dia 01 de fevereiro do ano de 2016 com 5 turmas do maternal(3 anos) 3 turmas do Jardim I (4 anos) e 3 turmas do Jardim II (5 anos), atendendo inicialmente 189 alunos e alocou mais 119 alunos referentes a 5 turmas do Ensino Fundamental anexo da Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Oliveira de Mendonça, devido a grande demanda do bairro, pois fora em de junho de 2015 que o residencial foi entregue aos contemplados no programa habitacional do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. O Centro para os moradores do local foi à concretização de um sonho. Em 01 de Junho de 2016 a professora Antônia Ferreira Lima, convidada pela Secretária Uzalda de Miranda, foi nomeada Diretora.

Atualmente o Centro atende 234 alunos do ciclo creche e pré-escola e 25 alunos do Ensino Fundamental, anexo da Escola A Mão Cooperadora III. A Escola tem como objetivo o reconhecimento da importância das experiências vivenciadas na primeira infância, acreditando ser a Educação um direito da criança. Visamos o atendimento das necessidades básicas de Educação, Afeto e Socialização em uma

ação complementar à Educação Familiar. Dessa forma, a criança tem possibilidades de ampliar sua capacidade de descoberta e construção de conhecimentos, as crianças irão penetrando de modo consciente na dinâmica da vida e se constituindo como sujeitos históricos, críticos e participativos. Neste ano de 2020, a centro está sobre a direção de Francisca de Cássia Barbosa da Silva que tomou posse em 02/01/2020 eleita democraticamente.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o intuito de observar como está sendo desenvolvida a nova proposta da BNCC da Educação Infantil nos centros infantis no município de Itaituba-PA, foi elaborada esta pesquisa para ser analisado o ponto de vista dos professores em relação ao assunto estudado. Os centros infantis foram escolhidos através das observações de suas atividades realizadas na cidade, ambos se encontram em desenvolvimento e crescimento onde essa pesquisa demonstrou opiniões significativas para uma análise.

A pesquisa sucedeu-se nos centros infantis “Pequeno Príncipe” e “Hanna Stella” ambos no município de Itaituba, estado do Pará, aplicada através de questionários (em anexo), com dez perguntas respondidas pelas professoras que atuam nas referidas instituições. Para Lakatos e Marconi (2005, p. 201) “questionário é um instrumento de coleta de informações, construídos por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito sem a presença do entrevistador”.

Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento. (DEMO, 2000, p. 20)

Foi efetuada uma pesquisa qualitativa para que fosse analisado o ponto de vista de professores em relação a BNCC da educação infantil, as dificuldades por eles encontradas, a formação e adaptação para o uso desse documento. Richardson (1999, p.90) afirma que a pesquisa qualitativa “pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos”.

A coleta de dados se deu com sete professores dos centros entrevistados e ocorreu no período do mês de fevereiro de 2020. Realizou-se a análise e interpretação dos dados das entrevistas, onde os envolvidos puderam responder de acordo com suas probabilidades e conhecimentos e os resultados serão apresentados por meio de quadros com as respectivas respostas e análises das questões.

3.3 PERFIS DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistadas sete (7) professoras, as mesmas são todas do sexo feminino. Em relação à idade, três entre 20 e 30 anos, outras três tem entre 30 e 40 anos de idade, e uma entre de 50 e 60 anos, quando perguntado sobre a formação acadêmica das professoras, três delas tem formação acadêmica apenas no curso de Pedagogia, e duas tem graduação e pós-graduação nas áreas de Ensino Infantil e Psicopedagogia Educacional. Em relação ao tempo de atuação profissional as mesmas tem entre 1 a 20 anos de atuação na educação.

3.4 RESULTADOS E ANÁLISE

Sabe-se que o professor é um dos principais responsáveis pelo andamento do fazer pedagógico, de conhecer a realidade do aluno. Deste modo, a fim de compreender melhor essa nova proposta da BNCC na educação infantil, buscou-se analisar de forma mais evidente possível suas principais características, as questões abordadas a seguir, relatam algumas dificuldades vivenciadas não só pelas educadoras que já está há bastante tempo na profissão, mas também das que estão chegando agora para ingressar neste ramo.

Quando perguntado quais os principais desafios enfrentados pelas professoras referente à nova BNCC, obteve o seguinte resultado:

Quadro 1 : Quais os principais desafios enfrentados pelos professores referentes à nova BNCC?
Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	O professor tem um papel decisivo com a implementação do novo currículo da BNCC, são muitos os desafios: como adequar o (PPP) no currículo, integrar as características de cada região no currículo, formação continuada e para um desenvolvimento melhor, tivéssemos uma definição de materiais didáticos.
P2	Acredito que os principais desafios seja largar os velhos hábitos saindo da mesmice e

	enfrentar o novo.
P3	São vários os desafios que os docentes enfrentam e vão enfrentar, entre estes estão o de desenvolver as competências e habilidades que os alunos precisam desenvolver no decorrer da vida escolar, sendo o professor o grande mediador desse processo.
P4	Costuma-se dizer que os conceitos, os valores e direitos das crianças, garantir o respeito de organizar o currículo, baseado na criança para sua aprendizagem e vivências de um novo currículo.
P5	Os desafios são constantes se tratando de Educação, mas a BNCC veio para inovar as características regionais no currículo e adequação do projeto político pedagógico e elaboração de um novo currículo para garantir os direitos de aprendizagem,
P6	Seguir as normas, nem todos os professores seguiu corretamente.
P7	A falta de recursos para trabalhar com crianças em sala de aula.

Percebe-se que os desafios ainda são muitos, a BNCC traz conhecimentos que vai exigir mais dos professores, o que se deve fazer a essa nova fase é adequar-se as novas estruturas, novas concepções. Essa nova proposta chega com mais facilidades para que o educador possa trabalhar com as crianças, de modo que as práticas pedagógicas adotadas por ele devem estar de acordo com essa nova base.

A questão é se adaptar, fazer as devidas mudanças não apenas para si própria mas fazer com que essa mudança chega aonde tenha que chegar. No que se refere a mudanças, as entrevistadas relataram que terão que se adaptar-se a um novo currículo, sabe-se da importância que é dessa proposta pedagógica, o currículo é a definição do que será trabalhado, dessa forma Moreira e Candau (2007) entendem currículo como sendo:

(...) as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção das identidades de nossos/as estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (...). (MOREIRA E CANDAU, 2007. p,18)

O currículo acaba sendo o coração da escola, pois toda prática, seja em sala ou fora dela vai ser norteadas pelo currículo. É através dele que as coisas acontecem na escola.

Dando continuidade a pesquisa foi perguntada: Como definir o material didático adequado à Base, e que seja coerente à realidade da escola?

Quadro 2 : Como definir o material didático adequado à Base, e que seja coerente à realidade da escola? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF^a	RESPOSTA
P1	Na minha concepção, um conjunto de informações sequencial e igualaria para todos os discentes e docentes para que possamos alcançar um aprendizado de forma o mais homogêneo possível.
P2	É necessária a elaboração de materiais que apoiem a ação do professor. Isso deve ser

	elaborado por cada rede de ensino em conjunto, para ser compartilhado com os municípios, por exemplo, abordando eventualmente o que os livros didáticos não têm. Também será essencial programar uma avaliação estadual que se conecte com o currículo.
P3	Primeiramente é preciso ter conhecimento da BNCC, conhecer a realidade da região, comunidade em que a escola está inserida, pois isto é de fundamental importância. Pois só assim a educação integral proposta pela BNCC vai ter êxito, então primeiramente é preciso ter conhecimento da realidade do público alvo da escola e da comunidade em geral, só assim é possível ter uma educação igualitária para todos, mas sem desprezar a realidade local e regional.
P4	Deverá ter um olhar para as competências para propor um desenvolvimento em cada faixa etária da criança na educação infantil.
P5	A definição dos materiais didáticos é através do conhecimento da realidade da escola e do grupo das crianças que estamos trabalhando.
P6	Nesse sentido, as escolas terão o desafio de rever e construir um currículo que contemple a aprendizagem.
P7	Tudo que precisa está adequado com as crianças, como móveis da escola, dentre outras. Os livros precisam ser de acordo com a realidade da criança.

Em relação a este assunto, é importante ressaltar que a Educação Infantil trabalha com a criança, diversas formas e metodologias, a partir do momento que a criança tenha liberdade na sala de aula pra se desenvolver, o professor deverá agir de acordo com que essa autonomia seja proveitosa. Definir materiais didáticos para se trabalhar com crianças não é tão fácil como se imagina, a BNCC assegura que as crianças tem o tempo certo para absorver o aprendizado.

As entrevistadas relatam o que se deve fazer para que esse aprendizado seja disponibilizado através desses materiais, ou seja, cada região tem o seu método de trabalho, portanto é necessário sim que se conheçam a realidade de cada município e estado, dessa forma poderá criar seu material de trabalho adequado à base.

Perguntou-se ainda: Como você vê a nova Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?

Quadro 3: Como você vê a nova Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020).

PROF^a	RESPOSTA
P1	Um ponto de partida positivo para termos uma base firme e uniforme a todos, ou seja, uma visão de que devemos fortalecer a educação no início de todo o processo de ensino aprendizagem.
P2	Uma chance para nós educadores reavermos nossos métodos de trabalhar com a criança.
P3	A BNCC vem para enfatizar a grande importância dessa etapa no desenvolvendo do indivíduo, destacando o educar e cuidar que estão interligados. De acordo com a nova Base, a criança no decorrer da educação infantil vai desenvolvendo várias habilidades e competências, não sendo as creches apenas depósitos de crianças, como muitas vezes é vista e sim um lugar de brincar, cuidar e educar, na qual a criança só tem a ganhar no

	seu desenvolvimento individual e principalmente no plural.
P4	De grande colaboração para o desenvolvimento das competências, valorizando os cinco campos de experiência, dos valores das vivências em sala de aula.
P5	Muito importante para valorizar o desenvolvimento dos cinco campos de experiências das competências, das convivências que e as crianças estão inseridas.
P6	A Base Comum Curricular traz uma boa forma aonde destaca a grande importância na formação do indivíduo.
P7	De forma boa e ampla, foi muito bom o aprendizado das crianças, apenas de muitas coisas ainda esta no papel.

Uma reflexão é feita pelas entrevistadas de como a mesma colabora juntamente para que o ensino-aprendizagem que deve ser trabalhado seja abordado de maneira integral. Muitos professores ainda veem a estrutura da BNCC como um grande desafio, principalmente em relação às competências gerais da educação básica e os campos de experiências postostas pela mesma.

Neste sentido, os professores devem nortear seu trabalho a partir de objetivos mais claros, ou seja, deveram estar bem mais preparados para garantir as aprendizagens, porém a BNCC não define quais as técnicas e métodos que o professor deve utilizar assim o docente tem liberdade e autonomia para decidir sobre como ensinar, também enfatiza que os direitos de aprendizagem para a Educação é aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar-nos forma e nos transforma Infantil devem estar permeados pelos campos de experiências. Segundo Larrosa (2002, p.21) “experiência é aquilo que nos passa, ou que nos toca, ou que nos acontece, e ao nos passar, nos forma e nos transforma”. Somente o sujeito da experiência.

Foi perguntado: Como a BNCC contribui para o sucesso da aprendizagem na Educação Infantil?

Quadro 4: Como a BNCC contribui para o sucesso da aprendizagem na Educação Infantil? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020).

PROF^a	RESPOSTA
P1	Como a educação infantil é parte integrante da educação básica, a BNCC contribui de forma satisfatória no que se diz respeito a base de diretrizes nacionais.
P2	Ainda é um documento que esta em processo de adaptações, mas se continuar e seguir ele terá o melhor para nossas crianças em seu processo de ensino aprendizagem.
P3	A BNCC traz em seu texto o educar e cuidar, isto é, através do brincar, da ludicidade nos campos de experiências, a criança vai aprendendo e se desenvolvendo, principalmente na sua integração e pluralidade.
P4	A BNCC contribui para desenvolver os aspectos proporcionando os estímulos a serem desenvolvidos na primeira infância e no desenvolvimento da linguagem.
P5	A BNCC veio para contribuir com o desenvolvimento da primeira infância, no convívio da família e em sala de aula.
P6	Ela contribui e determina os padrões determinado pelas suas influencias.

P7	Por meio da BNCC fica mais fácil estabelecer os direitos de aprendizagem de cada criança.
-----------	---

De acordo com os dados recebidos, é esclarecido que a BNCC contribui para o processo de ensino aprendizagens das crianças assim como rege a lei, dessa forma pode-se perceber que as entrevistadas estão desenvolvendo suas metodologias da maneira que o documento estabelece assim os conhecimentos adquiridos pelas crianças no convívio familiar, têm como objetivo abranger o universo de experiências e habilidades dessas crianças fazendo com elas possam consolidar e diversificar novas aprendizagens complementando assim a educação da escola com a familiar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009), em seu Artigo 4º, definem a criança como,

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009).

Dessa maneira, a Lei assegura que a criança se desenvolve a partir do compartilhamento de diversas atividades tendo a responsabilidade entre a instituição de educação Infantil e família igual, sabendo que esses fatores são essências para seu crescimento.

Indagou-se sobre: Quais as mudanças que irão ocorrer na educação infantil com a implantação da BNCC?

Quadro 5: Quais as mudanças que irão ocorrer na educação infantil com a implantação da BNCC?
Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF^a	RESPOSTA
P1	Serão diversas mudanças, cabe a cada professor trabalhar as áreas que a BNCC propõe para que assim a criança possa promover o seu desenvolvimento.
P2	A forma de o professor trabalhar com a criança e focar não somente no cuidar e sim no educar de forma mais prazerosa possível.
P3	Os campos de experiências vêm como ponto chave, na qual no processo de ensino aprendizagem a criança vai se desenvolvendo nesses campos, sendo essa etapa fundamental para o desenvolvimento da criança.
P4	As mudanças vieram para estimular o desenvolvimento nos diferentes aspectos para desenvolver a linguagem e todo seu desenvolvimento da faixa etária.
P5	As mudanças na educação infantil veio garantir os direitos do que aprender, e que o educador venha se basear em sua referencia.
P6	Foram várias mudanças, principalmente através de conteúdos.

P7	O professor passa a orientar e auxiliar a criança no processo de aprendizagem o transformando em protagonista da construção de conhecimento da sociedade em que vive.
-----------	---

As mudanças que irão ocorrer serão diversas como afirmam as entrevistadas, essa nova fase abrange principalmente o desenvolvimento integral de cada criança, ou seja, é trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, mediar e monitorar as práticas educativas que irá promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças, dessa forma é importante ressaltar que o professor deve planejar suas atividades com significados afins de que as crianças possam experimentar possibilidades e ser protagonista da sua ação educativa.

A BNCC esta estruturada em cinco campos de experiências nos quais estão definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Quando abordado sobre as mudanças que irão ocorrer na educação infantil, enfatiza-se também sobre os 6 direitos de aprendizagens que cada criança deve receber durante sua vida escolar, é necessário que o professor esteja preparado para fazer uso de suas atribuições e desenvolver esses direitos na criança.

Este assunto se refere com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96, que reconhece a Educação Infantil como à primeira etapa da educação básica tem como “finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade” (BRASIL, 1996, p.21) e segundo Oliveira (2008 apud SANTOS 2009, p. 16).

O professor de Educação Infantil deve preparar-se para ser um pesquisador capaz de avaliar as muitas formas de aprendizagem que estimule em sua pratica cotidiana, as interações por ele constituídas com crianças e famílias em situações específicas. Ele é alguém cuja riqueza de experiências vividas deve ser integrada ao conjunto de saberes que elabora o seu fazer docente.

Portanto, o professor torna-se um dos principais agentes no desenvolvimento da criança nessa etapa da vida escolar. A LDBEN nº 9394/96, estabeleceu a função docente para toda a educação básica, atendendo desse modo a uma reivindicação de parte significativa do movimento docente e dos profissionais da área da Educação Infantil, que defendem a necessidade de professores qualificados para atuarem nessa área, o que se torna um referencial de grande importância para aqueles que atuam na Educação Infantil.

Na sexta questão foi perguntado: Quais as implicações dela para a sua prática pedagógica e a realidade em que você vivencia atualmente na Educação Infantil?

Quadro 6: Quais as implicações dela para a sua prática pedagógica e a realidade em que você vivencia atualmente na Educação Infantil? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	Existem muitas implicações, porém essa nova estrutura veio para facilitar os métodos que os professores irão usar para a prática Pedagógica, sendo um documento norteador e de grande importância.
P2	Sempre vai ter algo a implicar mais neste momento é o espaço e a estrutura, porém essa nova estrutura da base veio para melhorar no que se refere a prática pedagógica.
P3	Focar nas áreas de desenvolvimento propostas pela BNCC, trabalhando de forma lúdica, na qual a criança precisa desenvolver no decorrer da educação infantil.
P4	A BNCC veio para contribuir com a prática pedagógica do educador e também para proporcionar e garantir vivencia e habilidades no processo ensino aprendizagem.
P5	A BNCC não veio para implicar a educação infantil, mas para contribuir com a prática pedagógica do educador através da interação, brincadeiras, vivencias e habilidade adquiridas em sala de aula.
P6	Aqui nessa escola cada professor deve sempre ler e sempre ensinar o que se aprende para aquele que tem duvidas ainda.
P7	Criar e disponibilizar materiais para os professores desenvolverem melhor seu trabalho.

A BNCC da Educação Infantil chega com uma proposta pedagógica em que o professor devera compreender todo o processo de organização de experiências escolares, tomando por base todas as referências legais, os conteúdos, os métodos formas de organização e cultura da escola e da própria criança, para que assim ele possa transmitir aos seus alunos o que este descrito em seu currículo. Essa proposta também discorre sobre contemplar o que a criança precisa nessa fase, dentro dos requisitos esta o que a criança descobre algumas regras sociais para uma vida comum:

[...] garantir a toda criança o pleno desenvolvimento de suas funções mentais e a aquisição dos conhecimentos , bem como valores morais que correspondam ao exercício dessas funções, até a adaptação à vida social atual (PIAGET, 1973, p.40).

Vale ressaltar a importância que esse requisito trás para educação infantil, pois a mesma promove uma mudança conceitual no currículo da Educação Infantil, para essa nova base a criança não é mais apenas uma receptora das mensagens transmitidas pelos adultos, mas também é capaz de produzir sua cultura. Nesse

sentido, as propostas são a base estrutural pedagógica que devem guiar as escolas como fundamentos necessários para cada etapa.

Na sétima questão a pergunta foi: Enquanto educador, você já compreendeu a concepção de criança proposta pela BNCC e seus desdobramentos no currículo da Educação Infantil?

Quadro 7: Enquanto educador, você já compreendeu a concepção de criança proposta pela BNCC e seus desdobramentos no currículo da Educação Infantil? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	De certa forma sim! Porque na educação infantil deve garantir o cumprimento plenamente sua função sociopolítica e pedagógica, oferecendo condições e recursos que a criança usufrua seus direitos, civis, humanos e sociais.
P2	Sim, apesar de que ainda tem que fazer alguns estudos mais aprofundados sobre o documento, já vejo que essa nova concepção é de grande importância para o desenvolvimento da criança.
P3	Sim, pois a criança segundo a BNCC, é um indivíduo em desenvolvimento, e a educação deve estar centrada na criança, está que é capaz de desenvolver potencialidades no decorrer do seu processo educacional.
P4	A criança é considerada como sujeito de direito situados como necessidades físicas cognitivas, emocionais supridas que venha contribuir para sua transformação.
P5	Cada criança tem seu tempo de desenvolvimento, de interação com o adulto e com outras crianças, no brincar que irá contribuir para aprendizagem.
P6	É um pouco difícil compreender, mas é necessário ler as propostas para melhor entendimento.
P7	Sim, o brincar na educação infantil antes era “mau” visto, na realidade de hoje é bem diferente, a criança tem mais gosto em aprender através das brincadeiras.

Dessa maneira, nota-se que as entrevistadas estão de acordo com a proposta sobre currículo da educação infantil na BNCC, é por meio desta concepção que o educador irá compreender as diversas formas que a educação infantil propõe a ele. No que se refere ao desenvolvimento da criança para ser construtor de sua personalidade a BNCC descreve a mesma como um indivíduo questionador e observador, levando em consideração que as ações realizadas pela criança será tanto no seu mundo físico como no social.

Em relação a brincadeiras na Educação Infantil, brincar ultrapassa o limite exercício de habilidades motoras ou cognitivas, mostram uma relação mais complexa e completa: de inserção no próprio desenvolvimento humano, pois traz um ganho neurológico futuro conforme afirma Costa (2013, p. 04). Para o autor

[...] por meio do brincar - e em estreita interação com o ambiente e seus semelhantes - a rede neural se ampliaria, novos caminhos neurais se formariam e distintas áreas do cérebro se tornariam interconectadas. A parte visível de todo esse processo seria o ganho em habilidades (motoras,

emocionais, sociais e cognitivas) e os novos comportamento observados ao longo da infância. (COSTA, 2013, p.04)

Assim a brincadeira é uma fonte vasta de possibilidades tanto para a criança, quanto para o adulto que convive com ela, pois nos momentos lúdicos são postas em ação várias competências e estabelecidas relações de sentidos.

Foi perguntado ainda: Como você analisa as práticas educativas promotoras dos direitos das crianças e alinhadas à proposta de arranjo curricular por campos de experiências?

Quadro 8: Como você analisa as práticas educativas promotoras dos direitos das crianças e alinhadas à proposta de arranjo curricular por campos de experiências? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	De forma positiva, porque as práticas pedagógicas esta sempre buscando meios para melhorar e unificar o ensino aprendizagem.
P2	A criança sempre estará em processo de construção e elaboração e essas práticas vieram para agregar o conhecimento que a criança já tem.
P3	A criança tem pleno direito a uma educação integradora, conhecendo o seu próprio eu, as pessoas que estão ao seu redor, tendo a socialização e pluralidade.
P4	As práticas educativas promotoras vem proporcionar desafios a serem superados para o desenvolvimento das aprendizagens e das habilidades adquiridas.
P5	São direitos adquiridos, aprender, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se é situações que proporcionam a criança aprendizagem vivenciando desafios na construção de habilidades.
P6	Essa proposta só quem ganha são as crianças no dia-a-dia.
P7	São todas de acordo com que cada criança vai desenvolver no dia-a-dia, ficou melhor trabalhar com os campos de experiências, saímos mais a Das atividades escritas, brincando se aprende melhor.

A criança sempre estará em movimento, em elaboração, em produção, em descoberta. Nesta perspectiva, pode-se compreender que a criança é um ser em constante desenvolvimento e interação com o ambiente e com os seus pares e é desta forma que ela se constitui como ser social e culturalmente ativo. Por meio da brincadeira e de outras atividades que a BNCC dispõe a criança mergulha em um mundo de imaginação e criatividade, no qual ela manifesta sentimentos e vontades, interage com outras crianças, se desenvolve, aprende, cria e se integra na sociedade em que vive.

Conforme enfatiza Fortuna (2011, p. 09), “[...] a brincadeira é tão importante para o desenvolvimento humano que até mesmo quando ocorrem brigas ela contribui para o crescimento e a aprendizagem”. É assim que a criança começa a ter

noção de que precisa respeitar o espaço e as ideias do outro para que também seja respeitada.

Na nona questão a pergunta foi: No papel de profissional da Educação Infantil você já tem conhecimento para desenvolver o planejamento de uma atividade alinhada à BNCC?

Quadro 9: No papel de profissional da Educação Infantil você já tem conhecimento para desenvolver o planejamento de uma atividade alinhada à BNCC? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	Sim! Pois já estamos conscientes da importância desse alinhamento e procuramos fazer essas atividades propostas pela BNCC.
P2	Sim, é até mais fácil, pois, lá já vêm todos os objetivos do conteúdo.
P3	Como professor iniciante na área educacional e também pela falta de um estudo mais aprofundado, percebo que posso sim planejar e desenvolver atividades, mas para um melhor desenvolvimento preciso me preparar e capacitar mais profundamente.
P4	Deve-se em primeiro lugar observar quais as necessidades das crianças, fazer a escolha das datas, dos dias e dos campos de experiências que irão ser trabalhados levando em consideração os currículos municipais e outros.
P5	É importante conhecer a necessidade da turma, escolher um campo de experiência e habilidades da BNCC, para cada dia da semana com interpretação e desenvolvimento de atividades.
P6	O professor deve ler o conteúdo da BNCC para seguir na prática.
P7	Sim, hoje posso planejar melhor como por exemplo a disciplina “traços, cores e formas” a música vou estar desenvolvendo várias coisas tipo, lateralidade, boas maneiras e etc.

Como afirmam acima, as entrevistadas já estão tendo conhecimento de como irão desenvolver suas atividades de acordo com essa nova proposta da BNCC, se referem ao planejamento curricular que é de suma importância para que o professor possa acompanhar o desenvolvimento do aluno. Quando se fala em planejamento vale ressaltar que a BNCC tomando como referência as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil propõe uma organização curricular que enfatiza que bebês crianças bem pequenas e crianças pequenas aprendam e se desenvolvem a partir das experiências cotidianas. São os cinco Campos de Experiências:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. (BRASIL, 2017. p.40-43)

Cada campo de experiência desses propõe os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos para esses três grupos etários de crianças, portanto essa organização terá que ser feita pelo educador a fim de que as crianças se

permitam a conhecer a si mesmo o outro, compreender as relações com a natureza, cultura e ciência, e que possam ter as práticas de cuidados pessoais (alimentação, vestimentas e higienização) e nas brincadeiras que elas consigam ter um contato com outras pessoas através das interações feitas pelo professor.

Finalizando a entrevista foi perguntado: Você já participou de alguma formação complementar sobre a nova BNCC?

Quadro 10: Você já participou de alguma formação complementar sobre a nova BNCC? Fonte: Professoras dos centros infantis “Pequeno Príncipe; Hanna Stella”. (2020)

PROF ^a	RESPOSTA
P1	Sim, todo início de cada ano letivo, acontece as formações continuadas e no ano de 2020 tivemos vários esclarecimentos da implementação do novo currículo com base na BNCC.
P2	Sim, os palestrantes que são profissionais da educação ensinam como utilizar a nova BNCC de acordo com o dia a dia da escola.
P3	Sim, na semana pedagógica da escola, na qual uma professora que participou de formações foi explicando um pouco sobre a estrutura da Base, os campos de desenvolvimento.
P4	Sim! Esses encontros de formação foram de grande importância, despertou para novos desafios a serem superados a cada dia no processo educativo.
P5	Sim! Já participei de vários encontros que veio proporcionar mais conhecimento e desempenho do papel como educador no cotidiano escolar.
P6	Sim, uma palestra realizada a fim de aprofundar mais sobre esse assunto.
P7	Sim, já participamos de algumas formações sobre a BNCC, para nos nortear mais sobre os campos de experiência.

Percebe-se que todas as entrevistadas já tiveram uma formação que complementasse seu conhecimento como educadora, a nova proposta da BNCC, veio para facilitar aquilo que já estava sendo trabalhado em sala de aula. A formação continuada para professores é de suma importância para a escola, para a criança e para o próprio professor, onde o mesmo aprimore os seus conhecimentos em um momento de significar a sua prática docente bem como a sua prática pedagógica em sala de aula e garante que através de seus estudos a criança possa compreender e se desenvolver durante seu ano letivo. Em relação a formação continuada Barreto (1994) discorre que:

A formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação [...]. No caso da educação da criança menor, vários estudos internacionais têm apontado que a capacitação específica do profissional é uma das variáveis que maior impacto causa sobre a qualidade do atendimento. (BARRETO, 1994,p, 12)

Assim, a qualificação profissional dos professores, estará centrada na reflexão individual e coletiva sobre a prática pedagógica de docência em sala de aula. Quando os professores refletem sobre a sua prática docente, reformulam suas práticas no agir e de ser, o fazer e o refletir em relação à ação, contribuem para o seu crescimento profissional.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar como está sendo desenvolvida a nova proposta da BNCC para a Educação infantil nos centros infantis desta cidade, e de acordo com os dados coletados através dessa pesquisa, conclui-se que a algumas professoras ainda estão se adaptando a essa nova fase, mesmo sabendo que este é o ultimo ano para se por em prática tudo aquilo que este documento rege por Lei. Percebeu-se também que algumas entrevistadas não possuem um amplo conhecimento sobre a Base, e isso se torna preocupante a parti do momento que existe um prazo para se adaptarem as determinadas leis, é importante que as mesmas busquem mais conhecimento sobre esse assunto.

Notou-se também a importância desse documento que orienta os conhecimentos e habilidades essenciais que bebês, crianças e jovens de todo o país têm o direito de aprender – ano a ano, e que a Educação Infantil é destacada como uma etapa importante da educação básica. É importante destacar que na Educação Infantil, as aprendizagens são essenciais e compreendem tanto comportamentos, habilidades e conhecimentos quanto vivências que promovem aprendizagem desenvolvimento nos diversos campos de experiências, assunto que foi abordado nos capítulos anteriores deste trabalho.

Apesar de existir outros documentos que fazem um norteamento de como executar as práticas pedagógicas como o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, ambos os documentos são de suma importância e deram um passo essencial para a criação da BNCC que abrange ainda com mais cautela toda a educação básica.

A BNCC como os outros documentos para a educação de um modo geral implica em desejo de melhoria e é isso que terá que se focar para ter uma educação de qualidade, mas não esquecer de que estamos tratando de pessoas e que a busca por uma sociedade que tenha seu conhecimento critico e social trabalhado desde a infância, tenha um resultado positivo, acredita-se que é desejo de todos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÀVILA, Luciana de Souza: **BNCC, Bebês e as experiências: Um longo caminho**. Rio de Janeiro, setembro de 2018. CCE Coordenação Central de Extensão.

BARROS, Miguel Daladier. **Educação infantil: o que diz a legislação**. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. 12 de novembro de 2008.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira: **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**/ Maria Carmen Silveira Barbosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BUJES, M. I. Pra que te quero? In: CRAIDY, C.; KAECHER, G. **Educação Infantil: Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. V. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRANDÃO. Carlos da Fonseca. A educação infantil no Plano Nacional de Educação: a questão da oferta e do atendimento. In: PASCHOAL, Jaqueline. D. (Org.). **Trabalho pedagógico na educação infantil**. Londrina, PR: Humanidades, 2007. p.77-86.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=28eb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 03: mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer nº 7, de sete de abril de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, 9 de julho de 2010, Seção 1, p. 10. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5367-pceb007-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 1995. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E685A056DBC8AD7EB74DE601B624EB79.proposicoesWebExterno2?codteor=295117&filenome=LegislacaoCitada+-INC+4941/2005>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 17 de dez. De 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, MEC/SEF, 1998. vol. I, vol. II.

BRASIL. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases nacional. -5. Ed.- Brasília: Câmara dos deputados, coordenação Edições e Câmara, 2010.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil.** Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

_____. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

COSTA, Vera R. da **Por que brincar é importante?** Instituto Ciência Hoje. Disponível em: <cienciahoje.uol.com.br/alo-professor/intervalo/2013/10/por-que-brincar-e-importante/?searchterm=neurociencia%>> Acesso em 02 de março de 2020.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai.** In: **Educação Infantil: a creche, um bom começo.** Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Mariana Silveira. **Educação Infantil pósLDB: rumos e desafios.** 6.ed.Campinas. Autores Associados, 2007.

FERREIRA, Maria C. Rossetti (et al). As leis e a educação infantil. In: FERREIRA, Maria C. Rossetti (org). **Os fazeres da educação infantil.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.p, 183-191.

FORTUNA, Tânia R. O lugar de brincar na educação infantil. **Revista Pátio-Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, ano IX, no 27, p. 8-10, abr./ jun., 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASBARRO, Ana Lúcia Marques. **Estrutura e Organização da escola de Educação Infantil**. São Paulo, SP: Sol, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** - 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

HERMIDA, Jorge Fernando, ALEXANDRE, Walmyra Medeiros. **Teoria e Práticas nos Professores de Educação Infantil: O Lúdico, a Brincadeira e o Movimento na Práxis Educacional**. Maceió- AL Outubro de 2010

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Avanços e retrocessos na formação dos profissionais de educação infantil**. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (Org.) **Encontros e desencontros em educação infantil**. São Paulo Cortez , 2002. P. 107-115.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR., Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

LARROSA, J. B. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Rev.Bras. Educ.[online]. 2002, n.19, pp,20-28. ISSN 1413-2478.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (org). **Educação Infantil em tempos de LDB**. São Paulo: FCC/DPE, 2000.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo**: currículo, conhecimento e cultura. BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

OLIVEIRA, Maria Izete de, **Educação Infantil: legislação e prática pedagógica**. Psic. Da Ed., São Paulo, 27, 2º sem. De 2008.

OLIVEIRA, Zilma Ramos. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo. SP: Cortez, 2002.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Tradução Ivette Braga. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.

PLÁCIDO E SILVA. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, vol. III, 1984
RICHARDSON, Roberto Jarry e colaboradores. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999;

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, M. P. k. **Perfil do Educador de Educação Infantil**. 2009. 52f. TCC (Graduação Pedagogia) – FACIBRA – Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz.

SAVIANI, Dermeval. **A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência**. RBPAE – v.29 n.2, p.207-221, mai/ago. 2013.

SEBASTIANI, Márcia Teixeira. **Fundamentos da educação infantil/ Márcia Teixeira Sebastiani**. - 2. Ed. – Curitiba, PR: IESDE, 2009.

SILVA, Eurides Brito da. **A educação Básica Pós-LDB**. São Paulo. Pioneira Thomson Learning, 2003.

SHARAM, Sandra M. de Oliveira; MACEDO, Sheyla M. Fontenele; COSTA, Expedito Wellington Chaves. **Fundamentos da Educação Infantil**. 3º ed. Editora da Universidade Estadual do Ceará – EdUECE. Fortaleza-Ceará, 2019.

ZABALZA, M.A. **A Prática Educativa: como ensinar**; trad. Ernani Rosa – Porto Alegre: ArtMed, 1998.

APÊNDICES



**CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE ITAITUBA – LTDA
FACULDADE DE ITAITUBA- FAI
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

Este questionário tem como finalidade contribuir com o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado: A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: Olhares de Professores de dois Centros de Educação Infantil de Itaituba-Pará.

QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

1 IDENTIFICAÇÃO:

1.1 Idade:

- ☐ Entre 20 e 30 anos
- ☐ Entre 30 e 40 anos
- ☐ Entre 40 e 50 anos
- ☐ Entre 50 e 60 anos

1.2 Formação acadêmica:

- ☐ Superior incompleto:_____
- ☐ Superior Completo Curso:_____
- ☐ pós graduação Curso:_____

1.3 Tempo de atuação profissional:

- ☐ 1 a 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ 10 a 20 anos
- ☐ 20 a 30 anos
- ☐ mais de 30 anos

1.4 Sexo:

- ☐ feminino

() masculino

QUESTÕES:

1 Quais os principais desafios enfrentados pelos professores referentes à nova BNCC?

2 Como definir o material didático adequado à Base, e que seja coerente à realidade da escola?

3 Como você vê a nova Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil?

4 Como a BNCC contribui para o sucesso da aprendizagem na Educação Infantil?

5 Quais as mudanças que irão ocorrer na educação infantil com a implantação da BNCC?

6 Quais as implicações dela para a sua prática pedagógica e a realidade em que você vivencia atualmente na Educação Infantil?

7 Enquanto educador, você já compreendeu a concepção de criança proposta pela BNCC e seus desdobramentos no currículo da Educação Infantil? Comente.

8 Como você analisa as práticas educativas promotoras dos direitos das crianças e alinhadas à proposta de arranjo curricular por campos de experiências?

9 No papel de profissional da Educação Infantil você já tem conhecimento para desenvolver o planejamento de uma atividade alinhada à BNCC? Comente.

10 Você já participou de alguma formação complementar sobre a nova BNCC? Comente.

NASCIMENTO, Jacinara Castro.

A EDUCAÇÃO INFANTIL COM ENFOQUE NA BNCC: Olhares de Professores de dois Centros de Educação Infantil de Itaituba-Pará / Jacinara Castro Nascimento. Itaituba: FAI, 2020.

70 f.

Orientador: Dhemesbraene Soares da Silva, Esp.

Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura Plena em Pedagogia – Faculdade de Itaituba, 2020.

1. Educação Infantil. 2. BNCC. I. Dhemesbraene Soares da Silva II. Faculdade de Itaituba. Itaituba, BR – PA, 2020.